

SINDICAL APEOESP + pag/9

**CONTRATAÇÃO PRECÁRIA
DA CATEGORIA "O" E
O REBAIXAMENTO DAS LUTAS
PELA DIREÇÃO DA APEOESP ...**

FUNCIONALISMO + pag/11

**FÓRUNS REBAIXAM
PROPOSTA SALARIAL
MESMO SEM LUTA E COM
O ZERO DO GOVERNO**

CRÍTICA + pag/19

**CERQUI
Obra histórica
de G. Lora está
sendo destruída**

O GOVERNO BURGUÊS DE FRENTE AMPLA DE LULA/ALCKMIN SE AFERRA AO SUSTENTO DO PARASITISMO FINANCEIRO

***Unificar os movimentos e as lutas ao redor das
reivindicações gerais e mais sentidas das massas!
Exigir as assembleias de base livres e democráticas,
para discutir e aprovar os métodos de luta! Superar o
colaboracionismo das direções, que atuam contra a
unidade e se subordinam aos opressores!***

EDITORIAL
+ pag/3



**Balanço da greve
geral de 24/01**

+ pag/28

**MLEI AVANÇA NOS
ACORDOS COM O
PARLAMENTO PARA AMPLIAR
SEUS VIOLENTOS ATAQUES
CONTRA AS MASSAS**

+ pag/32

NACIONAL + pag/4

**A POLÍTICA DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO
COM PALAVRAS DE INCENTIVO
À INDUSTRIALIZAÇÃO**

***A crise climática avança
no mundo e no Brasil***

+ pag/5

**GENOCÍDIO
PALESTINO**

**AS MASSAS NÃO
DEVEM SE DEIXAR
ENGANAR PELA
POLÍTICA DA
DIPLOMACIA
BURGUESA...**

+ pag/27

SINDICAL + pag/7

**A burocracia se nega a
ORGANIZAR A GREVE POR
TEMPO INDETERMINADO
e a unidade geral das
massas **CONTRA
A PRIVATIZAÇÃO**
da linha 7 da CPTM**

Pela derrota militar da OTAN na Ucrânia!

O Governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin se aferra ao sustento do parasitismo financeiro

Lula vetou a prorrogação da desoneração de 17 setores da economia, que desde 2015 pagam de 1% a 4% do faturamento, em vez de 20% sobre os salários ao INSS. O custo desse subsídio aos patrões é cerca de R\$ 20 bilhões anuais. O capital financeiro exige do governo que compra a meta fiscal, de forma a garantir o sustento do parasitismo da dívida pública. Lula expressa essas pressões, e o parlamento expressa as pressões dos capitalistas favorecidos pelos subsídios.

Lula vetou o aumento de R\$ 11 bilhões nas verbas de emendas de parlamentares (orçamento secreto), além daquilo que já tinha sido negociado pelo ministro Haddad com as lideranças dos partidos. Mais uma vez, Lula expressa as pressões do mesmo capital financeiro, que não admite gastos que coloquem em risco o chamado déficit zero, condição para sustentar o parasitismo. Os parlamentares anseiam em colocar as mãos em ainda mais verbas públicas.

A chamada nova política industrial do governo, que pretende disponibilizar R\$ 300 bilhões de reais para investimentos em até três anos, não tem nada de industrial. Prioriza a agroindústria, a construção civil, a saúde e as novas tecnologias. Para se ter uma ideia do tamanho desse financiamento, ele é quatro vezes menor, por ano, ao que se destina ao financiamento do agro-negócio. Por esse caminho, avançará a desindustrialização do país e, com ela, a redução do número de empregos e o aumento do trabalho precarizado.

O controle político do governo sobre os sindicatos permite que o orçamento da União mantenha as verbas destinadas à educação no fundo do poço. As universidades federais terão uma redução de mais de R\$ 300 milhões nas verbas, e, em muitas delas, os recursos não serão suficientes para funcionar até o final do ano. Os salários perma-

necem comprimidos pelo arrocho de anos seguidos sem reajuste, e o governo não apresenta proposta concreta de reposição, conservando o arrocho. Para o governo Lula/Alckmin, as universidades públicas devem encolher para preservar o parasitismo financeiro.

Um ano depois da posse, confirmam-se as previsões que fizemos sobre o caráter do governo e a essência de sua política econômica: o centro é a defesa das condições para que o Estado continue sustentando o parasitismo financeiro sobre a dívida pública, a isso está tudo subordinado.

O PIB brasileiro cresceu acima do esperado e previsto pelo mercado financeiro. Em grande parte, devido a mais uma supersafra de produtos agrícolas. A indústria ficou praticamente estagnada, assim como o comércio. A safra de 2024 está parcialmente afetada pelas condições climáticas – calor extremo e chuvas acima da média. Ainda assim, o agronegócio avança especialmente no centro-oeste, desmatando por meio de queimadas. E a mineração ilegal continua crescendo, ainda que a um ritmo mais lento (7% anual). O Marco Temporal foi vetado por Lula, mas reintroduzido pelo Congresso. O STF ainda deve determinar sua constitucionalidade. A burguesia ataca a natureza e os indígenas, em busca da valorização de capital. E usa seu Estado, seu governo, ainda que chamado “de esquerda”, “nossa”, “em disputa” para realizar seus propósitos e defendê-los. E as lideranças políticas, centralizadas por meio da frente que sustenta o governo, se recusam a defender as necessidades mais sentidas pelas massas, para não se chocar com quem ajudaram a eleger.

Todas as políticas centrais do governo se voltam a favorecer a lucratividade do capital. No campo da chamada transição energética, são as multinacionais que se favorecerão. Na agricultura, são privilegiados os grandes

Quanto às reais necessidades das massas, o que se vê é o aumento do emprego sem direitos trabalhistas – precarização do trabalho.

Um salário mínimo de fome – os capitalistas reclamam de que serão gastos R\$ 55 bilhões por ano em pagamento de aposentadorias aos pobres, sendo que a dívida pública entrega R\$ 700 bilhões anuais, apenas em juros, aos parasitas rentistas.

Ameaça de desocupação de mais terras indígenas.

Precarização da educação e saúde. Mais entrega de estatais para a privatização, que eleva custos aos assalariados e reduz a qualidade de serviços. Maior volume de impostos a serem pagos, sob a máscara de redução do número de taxas.

produtores voltados à exportação, as pequenas propriedades terão um quinto dos investimentos.

Quanto às reais necessidades das massas, o que se vê é o aumento do emprego sem direitos trabalhistas – precarização do trabalho. Um salário mínimo de fome – os capitalistas reclamam de que serão gastos R\$ 55 bilhões por ano em pagamento de aposentadorias aos pobres, sendo que a dívida pública entrega R\$ 700 bilhões anuais, apenas em juros, aos parasitas rentistas. Ameaça de desocupação de mais terras indígenas. Precarização da educação e saúde. Mais entrega de estatais para a privatização, que eleva custos aos assalariados e reduz a quali-

dade de serviços. Maior volume de impostos a serem pagos, sob a máscara de redução do número de taxas.

As recentes experiências de greves e mobilizações em fábricas, na USP no ano passado, e agora na rede estadual de ensino de São Paulo, expõem o que as direções estão fazendo diante da situação.

As direções governistas (são praticamente todas, em maior ou menor grau) utilizam métodos burocráticos para impor às bases que não empunhem as suas reivindicações mais sentidas, que se chocam com os governos e capitalistas. Nos sindicatos operários, diante do fechamento das fábricas, ou de demissões em massa, não organizam a luta unitária para defender os direitos elementares dos operários; estabelecem as reivindicações dentro do quadro das determinações patronais – fechamento das fábricas ou redução do quadro de pessoal. E negociam dentro desses limites impostos pela patronal, sem sequer lançar bandeiras que rompam com eles. Isso inclui as direções da CSP-Conlutas, dirigida pelo PSTU. Na USP, as direções usaram de métodos burocráticos para desconhecer as decisões das assembleias, impor reivindicações que se adequavam aos planos da reitoria/governo, e negociar dentro desse quadro, sem jamais deixar que as reais necessidades dos estudantes levassem o movimento estudantil a se chocar abertamente e nas ruas com o governo ultradireitista de Tarcísio de Freitas. Na rede estadual paulista, a direção da Apeoesp deformou a assembleia geral, impedindo que discutisse e deliberasse sobre as reivindicações e os meios de negociação com o governo. Impôs bandeiras que preservaram a política de atribuição de aulas de Tarcísio/Feder, assentado num concurso de 15 mil vagas para um contingente de mais de 100 mil docentes com relação precária com o Estado. E que vai levar a dezenas de milhares de demissões. E negocou tranquilamente que apenas 10% do peso na atribuição seria dado pelo tempo de serviço, não mudando

absolutamente a essência da política governamental e preservando a perspectiva de demissões em massa.

Essa condição atual, a de que as direções das organizações das massas estão metidas até o pescoço em sustentar as políticas ditadas pelos governos e patrões, negociando apenas aspectos formais e de ritmo de implantação, é o maior obstáculo para o avanço da luta de classes. Os ataques da burguesia acontecem de forma centralizada e afetam a grande maioria. A unidade ao redor das reivindicações é dada pela situação, nem precisa ser estabelecida. Mas a conduta das direções, conciliadoras ao ponto da subordinação completa, e corporativistas ao extremo, bloqueiam a intervenção política unitária das massas para impor a derrota aos governos e aos capitalistas. Essa situação favorece que as negociações e acordos entre as frações burguesas ocorram sem a pressão dos movimentos de massa, e se imponham por meio de mais e mais ataques. O capitalismo em decomposição e em crise mundial não pode oferecer outra coisa que não seja a degradação e destruição das forças produtivas, incluindo a força de trabalho. Somente a unidade das massas, ultrapassando as direções e em choque com elas, será capaz de defender e proteger as massas da destruição bárbara.

As massas palestinas estão sob ataque genocida por parte do estado sionista de Israel. Na Argentina, as massas estão sob a mira do governo ultradireitista de Milei, que negocia com a Justiça e o Parlamento o alcance e os ritmos dos ataques que estão por vir. Em toda parte, as massas se mobilizam massivamente, seja ao lado dos palestinos, seja em defesa de suas necessidades mais sentidas, que se chocam com as aspirações destrutivas dos capitalistas e seus governos, seja economicamente, seja por meios bélicos. A tarefa colocada no Brasil é a mesma em toda parte: unir as massas em luta por suas reais reivindicações, em choque com o imperialismo e a burguesia

“A unidade ao redor das reivindicações é dada pela situação, nem precisa ser estabelecida. Mas a conduta das direções, conciliadoras ao ponto da subordinação completa, e corporativistas ao extremo, bloqueiam a intervenção política unitária das massas para impor a derrota aos governos e capitalistas.”

“Essa situação favorece que as negociações e acordos entre as frações burguesas ocorram sem a pressão dos movimentos de massa, e se imponham por meio de mais e mais ataques.”

.....
atrasada, com independência de classe, com os métodos próprios da luta de classes e sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A crise de direção será solucionada com a construção de novas direções revolucionárias, ao redor do programa e estratégia proletários. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

A POLÍTICA DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO COM PALAVRAS DE INCENTIVO À INDUSTRIALIZAÇÃO

Os partidos reformistas, como o PT, são pródigos em dissimular sua política executada de fato, com palavras e discursos que sustentam o contrário do que fazem, defendendo um “desenvolvimentismo” social, que nunca vem.

... o falacioso plano “Nova indústria Brasil” que, em vez de desenvolver o setor industrial, aprofundará a primeirização da economia, com fartos incentivos a agropecuária e com programas de obras públicas, que aquece momentaneamente a construção civil, mas não que não fortalecem a indústria de base.

Quanto mais se tornou impossível um reformismo “auténtico”, próprio da época concorrencial do capitalismo, e não de domínio do capital monopolista, financeiro, tanto mais se tornaram falsificadores os reformistas atuais. Se os primeiros governos petistas, surfando em um crescimento artificial e efêmero da economia mundial, pré-estouro da bolha especulativa no setor imobiliário estadunidense, puderam ampliar o assistencialismo burguês, prometer a “valorização” dos salários, e estimular a indústria nacional com subsídios fartos, agora, com a crise instalada há anos, interna e externamente, o governo precisa centralizar a maior parte da arrecadação de impostos para pagar os juros da Dívida, e atender ao capital financeiro, que assim o exige, e como a aprovação do Arcabouço fiscal, da Reforma tributária e da Lei Orçamentária para 2024, assim o comprovam. O salário de fome, de R\$ 1.412, a restrição orçamentária para setores como educação, saúde e ciência, e a insistência em reonera setores produtivos da indústria e do comércio, antes de-

sonerados quanto à folha de pagamento, reforçam a política econômica de atender ao grande capital financeiro nacional e internacional. Todo o palavreado e discurso em torno da valorização do trabalho e da indústria nacional é apenas enganação e jogo de cena, para os editoriais burgueses reproduzirem, alimentando o discursos das direções políticas das centrais e sindicatos governistas, que discursam sobre o “desenvolvimentismo” enquanto colaboram, na prática, com a política pró-imperialista do governo federal.

MEIAS MEDIDAS COM MUITA PROPAGANDA

No meio do ano de 2023, o governo criou um programa de incentivo à indústria automobilística, para a venda de carros de até R\$ 120 mil. O programa foi instaurado por meio da MP 1175, que liberou R\$ 800 milhões, através de créditos tributários, por quatro meses, de junho a setembro. Houve, realmente, um aumento nas vendas dos carros “populares”. Segundo alguns levantamentos, de até 50%, o que beneficiou a grande indústria multinacional, de fabricação de carros. Isso não garantiu, no entanto, os empregos. A GM colocou em lay-off mais de mil operários de três fábricas, em junho. E, em outubro, estava demitindo por telegrama, o que não foi de fato revertido, porque se transformou em PDV, já em dezembro.

Ao mesmo tempo, durante o ano, Geraldo Alckmin, o vice, indicou mais de uma vez o que era planejar uma “neoindustrialização”, com incentivos e desenvolvimento da indústria nacional, para “reverter a desindustrialização”. Resultou, dessas promessas, o falacioso plano “Nova indústria Brasil” que, em vez de desenvolver o setor industrial, aprofundará a primeirização da economia, com fartos incentivos à agropecuária e com programas de obras públicas, que aquece momentaneamente a construção civil, mas não que não fortalecem a indústria de base.

O plano tem seis objetivos, a serem “alcançados” até 2033, por meio, sobretudo, de empréstimos via BNDES.

A análise dos dados, entretanto, revela que os empréstimos pelo Banco continuam “tímidos” e abaixo mesmo do governo Dilma. Mesmo que desembolsasse integralmente os R\$ 300 bilhões em 4 anos (o que não ocorrerá de forma direta e apenas por empréstimo), estaria abaixo do mandato de Dilma Rousseff. Entre 2013 e 2014, o BNDES liberou cerca de R\$ 190 bilhões, o que, reajustado pela inflação, ficaria aproximadamente em R\$ 315 bilhões. Entre setembro de 2022 e 2023, liberou R\$ 110 bilhões; em 2021, foram apenas R\$ 98 bilhões e, em 2019, apenas R\$ 55 bilhões. O que quer o governo Lula/Alckmin é voltar a patamares pré-crise, mas, longe de “reverter a desindustrialização”, incentivará a agroindústria, voltada a exportação de alimentos, e a construção civil, de impacto não duradouro para a economia nacional.

Entre as metas, está o aumento da mecanização da agricultura familiar, responsável pela maior parte da alimentação do país, passando de 18% para 70% a mecanização dos estabelecimentos. 95% das máquinas para isso devem ser de produção nacional. Uma segunda meta, ligada à saúde, é aumentar a participação na produção de medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, de 42% para 70%. Uma terceira, prevê obras de saneamento, moradia e mobilidade nas grandes cidades. A quarta estaria ligada a ampliar a digitalização das empresas industriais, chegando a 90% delas com o uso de novas tecnologias (hoje são apenas 23,5%). A quinta visa a incentivar o uso de biocombustíveis e bioenergia, para a “transição e segurança energéticas”. A sexta estaria ligada a desenvolver “autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas de maneira a fortalecer a soberania nacional”, um palavreado para falar sobre a energia nuclear e novos sistemas de comunicação e sensoriamento de espaços.

No fundo, apesar das metas arrojadas, os recursos serão poucos e as áreas “estratégicas” reforçam áreas já existentes, que não podem, por si,

amenizar o quadro mais geral de desindustrialização nas indústrias de base, siderúrgicas, metalúrgicas, e de produtos manufaturados com alta tecnologia, produção própria das potências econômicas. As áreas incentivadas não receberão muito mais recursos do que já recebem atualmente, por meio de incentivos e desonerações fiscais e por meio dos empréstimos do BNDES.

Enquanto rios de dinheiro do orçamento vão para o ralo da Dívida Pública, cujo pagamento em juros deve alcançar os R\$ 700 bilhões em 2024, e crescer em 2025 e 2026, com o superávit primário previsto, os incentivos fiscais

e empréstimos continuarão sendo insuficientes para impulsionar a indústria nacional, que, nos países atrasados, principalmente, sempre dependeu do Estado burguês para crescer e se desenvolver. A tendência mais geral, vista mesmo em países imperialistas, como EUA e Inglaterra, é a da desindustrialização, pela concorrência com outros países capitalistas, como Alemanha e Japão, e, mais recentemente, com a produção industrial chinesa, já dominante em todo o planeta.

O desenvolvimento industrial do país é parte de sua soberania, o que é impossível na atual fase do capitalis-

mo, de crise, mas também impossibilitado pela divisão internacional do trabalho, que impõe aos países atrasados o papel de exportadores de matérias-primas e alimentos. A possibilidade de desenvolvimento interno e liberação das forças produtivas mais avançadas depende da revolução proletária, que quebra o elo com o capitalismo mundial e garante a soberania política para o Estado Operário, surgido do processo revolucionário. Antes disso, a desindustrialização avançará, mesmo com todo o discurso em torno da “neodesindustrialização” e do desenvolvimento social e econômico. ●

A crise climática avança no mundo e no Brasil



Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o ano de 2023 foi o ano mais quente da História da Humanidade, bem como houve recorde na redução das calotas polares e na elevação do nível dos oceanos.

Situações “extremas” ambientais estão ocorrendo em todo o mundo, como, por exemplo, a seca que afeta toda a América Central, e que, entre outros fenômenos, fez baixar o Canal do Panamá a níveis que tornou inviável a navegação. A Maersk, uma das maiores empresas de navegação e transporte de mercadorias do mundo, anunciou que utilizará o transporte ferroviário para contornar o bloqueio, o que aumentará o preço do frete, portanto, das mercadorias.

A seca ainda atinge a Amazônia brasileira, deixando para trás um impacto generalizado entre os indígenas (acossados de um lado pela questão ambiental e de outro pelos extrativistas), ribeirinhos, pequenos agricultores, etc., destruindo suas condições de existência social.

No Sul e Sudeste, por sua vez, as fortes chuvas desde o dia 18 de janeiro causaram várias mortes e deixaram centenas de desabrigados. No Rio Grande do Sul, foram mais de 10 mortos, e no Rio de Janeiro, já são mais de 300 desabrigados, principalmente na Baixada Fluminense, uma das regiões

mais pobres do Estado.

Como sempre, são os mais pobres e miseráveis que sofrem as piores consequências dos “fenômenos naturais”. Após as destruições das agriculturas, das vias de transporte e infraestrutura de moradias, o Estado burguês pouco faz pelos atingidos, como no caso da Costa Sul de São Sebastião, que, após um ano das 64 mortes, mesmo com a repercussão internacional, não foi entregue ainda um único imóvel aos desabrigados.

AS PRIVATIZAÇÕES AGRAVAM OS IMPACTOS DAS CHUVAS

As fortes chuvas das últimas semanas deixaram novamente a capital de São Paulo, maior e mais rico município do Brasil, em uma situação caótica.

Diversos alagamentos, árvores caídas, milhões de domicílios sem luz por dias, principalmente nas periferias, etc.

O quadro é tão grave que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) chegou a pedir demagogicamente o cancelamento da concessão da ENEL. O governador Tarécio de Freitas (Republicanos), por sua vez, fez coro na crítica à ENEL, afirmando que a concessionária “mostrou despreparo ao lidar com tempestades e ventanias que deixaram milhões de domicílios sem luz nos últimos meses”.

Chamou atenção o silêncio do governo federal petista sobre o tema, que nem fez coro pelo fim da concessão ou mesmo defendeu a estatização do serviço. Vê-se que a burguesia, seja por meio dos seus partidos mais direitistas ou mais à esquerda, só podem silenciar ou criticar eleitoralmente o serviço privatizado, mas não impulsionar uma campanha ou mobilização pela reestatização dos serviços públicos que foram privatizados nas últimas décadas. Pelo contrário, prosseguem as privatizações, como as da SABESP, Metrô e CPTM no Estado de São Paulo.

A RESPOSTA BURGUESA PARA OS PROBLEMAS AMBIENTAIS

De tempos em tempos, os países capitalistas se reúnem em Cúpulas e Conferências para discutir e aprovar acordos internacionais para redução da emissão de gases do efeito estufa, do desmatamento, etc. A Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP28) foi a última delas.

Os acordos não visam de fato a impedir os desmatamentos e emissões, o que dependeria para sua aplicação acabar com a anarquia da produção capitalista, que é a decisão privada dos capitalistas de quando e quanto explorar a natureza, produzir, etc. A exploração da natureza se realiza de acordo aos cálculos contábeis de quanto lucro se pode obter e aplicando ou não tecnologia “limpa” se esta permite as margens de lucro esperadas. Por outro lado, tais acordos são im-

postos aos países que não são imperialistas, com limites ao desenvolvimento de suas forças produtivas e economias nacionais, e que contribuem para a permanência do seu atraso, ao mesmo tempo que os países imperialistas descumprem estes mesmos acordos.

PROGRAMA OPERÁRIO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL

A burguesia mundial e os seus Estados, responsáveis pela destruição da natureza e pelas consequências sociais deste fato, se mostram plenamente incapazes de reverter ou mesmo de diminuir o problema. São as nações industrializadas ou que se industrializaram no passado, ou seja, as potências capitalistas, que devem arcar com os custos da destruição do meio natural e que ainda destroem ecossistemas e a natureza das nações oprimidas para continuar a enriquecer.

O problema fundamental, como apontado, está na anarquia da produção, fenômeno da essência do capitalismo.

Assim, somente com a planificação da economia será possível, de forma racional e planificada, aplicar tecnologia para retirar da natureza o que for necessário à produção e reprodução da vida humana, reduzindo ao mínimo os efeitos de sua ação sobre o meio natural e permitindo a esse condições para se regenerar. É necessária a destruição do capitalismo e construção da sociedade socialista para preservar o meio ambiente. ●

Governismo descarado da CUT

Não há, na atualidade, Centrais sindicais que não compactuem com a política pró-patronal ou pró-governo. Mesmo a CSP-Conlutas colaborou, como ao aprovar a MP936, de rebaixamento salarial, na época da Pandemia, ou colabora agora, ao assinar e defender os PDVs como “alternativa” ao desemprego que a GM impôs a mais de mil operários. Força Sindical, desde a sua origem, tem uma política pró-burguesa e de abertos interesses venais (parasitando o imposto sindical e lutando para seu retorno). A CUT, a maior e mais importante do país, é dirigida, desde a fundação, pelos petistas, apresentando sua política conforme os interesses eleitorais do partido.

A novela em torno da oneração/desoneração da

folha de pagamento de alguns setores produtivos mostrou como a direção da CUT atua conforme orienta o partido, ou exigem as medidas econômicas e alianças políticas dos governos petistas, mudando de posição sem se preocupar com o que já defendeu. Em março de 2023, uma matéria em seu site, reproduzia as palavras do Ministro do Trabalho, o ex-burocrata sindical Luiz Marinho, sobre os “benefícios” da desoneração dos 17 setores produtivos, porque isso supostamente garantiria empregos formais. Na prática, a contribuição previdenciária de 20% sobre os salários dos empregos podia ser substituída por uma alíquota que variava de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, sem, de fato, garantir nada além disso.

Quando se abriram as

negociações em torno do orçamento de 2024, o governo mostrou sua intenção de vetar a continuidade da desoneração, porque isso significa cerca de R\$ 20 bilhões a menos na arrecadação. Por isso, já em setembro, a nova matéria no site da CUT indicava que os “metalúrgicos” queriam participar da discussão do projeto de desoneração, apresentado e sustentado pelo Congresso. A partir daí, o discurso de que não havia “contrapartida” na desoneração, na criação de empregos formais, sustentou a posição da Central. No fundo, era a posição do governo, do Ministro Haddad, que não quer perder os bilhões de arrecadação que devem compor o orçamento, e este ser, prioritariamente, voltado a sustentar o parasitismo sobre a Dívida Pública.

O fato de a burocracia sindical se apoiar sempre na “defesa dos empregos” para apoiar alguma das frações burguesas em disputa com seus projetos políticos é apenas jogo de cena, porque, na prática, não luta pelos empregos, porque não combate o fechamento das fábricas com a greve geral, e com a ocupação e o controle operários, não combate o rebaixamento salarial, seja de forma direta ou indireta, quando aceita reajustes abaixo da inflação, não combate o banco de horas e os lay-off – em suma, a burocracia sindical das Centrais é sempre pró-patronal e pró-governo burguês, ainda que mude seu apoio conforme mudam os governos e conforme fazem acordos com setores capitalistas. ●

Reunião das direções da CPTM Metrô e Sabesp

A burocracia se nega a organizar a greve por tempo indeterminado e a unidade geral das massas contra a privatização da linha 7 da CPTM

No dia 30/01/2024, foi convocada uma reunião organizada pelas direções sindicais dos trabalhadores ferroviários, metrôviários e Sabesp, para apresentar o calendário de lutas acordado para a retomada das lutas contra as privatizações. A mesa, estava conformada pelos presidentes dos dois sindicatos dos trabalhadores ferroviários da região e da Sabesp, por diretores de petroleiros e eletricitários, junto a um membro do MTST e da coordenação da subsede Oeste da Lapa da Apoesp.

O presidente dos metroviários de São Paulo (Força Sindical) apresentou a reunião, afirmando que convocavam os sindicatos e entidades a retomarem a luta contra as privatizações. E que diante da “tragédia” da eleição de um governo direitista e fascista se lhe devia opor a eleição de um “governo próprio”, defendendo assim a candidatura de Boulos para prefeito. Ressaltou também que as greves (apenas duas de 24 horas, e separadas por mais de um mês uma da outra) do ano passado foram “as maiores do país”, mas não conseguiram “remover” Tarcísio de suas decisões. Disse que, sendo convocada para fins de fevereiro uma sessão na Alesp para tratar da privatização da linha 7 Coral, da CPTM, as direções decidiram aprovar um calendário de lutas, porque “não havia mais o que fazer”.

A presidente do sindicato de metroviários assinalou que, apesar das diferenças, os sindicatos tinham a prioridade de travar a luta unitária contra as privatizações de Tarcísio. Que nessa luta os sindicatos “tinham a razão dos argumentos”, e que a “maioria da população está do nosso lado”. Daí a importância de retomar a luta “pela disputa da opinião pública”, porque a luta é “de maioria e não de minorias”. O presidente do sindicato da Central Brasil (sindicato de ferroviários) chamou a “aprofundar a mobilização” e unidade porque, “perdendo a linha 7”, se veriam prejudicados os trabalhadores

de São Paulo. E propôs agregar ao “calendário” a realização de um “grande show” com os que “apoiam nossa luta”. O presidente da Sabesp chamou à luta unitária entre a sociedade e sindicatos “para derrotar Tarcísio”. A representante da subsede da Apoesp disse que o governo Tarcísio também atacava os professores, e que recentemente tinha demitido 50 mil deles, e agora pretendia entregar 30 escolas à gestão privada. Assim, estava colocado um “ano de lutas” e que levaria às assembleias da categoria a defesa dos atos unificados. O diretor dos eletricitários destacou que o combate contra as privatizações era de “narrativas” para mostrar que as privatizações “não deram certo”. Por isso, se deveria “dosificar” a radicalização, para não “perder a narrativa”. Enquanto a diretora dos Petroleiros disse que a categoria sabia da luta contra privatizações e que levaria às bases os debates do encontro, se solidarizando com os ferroviários.

Após as falas da mesa, foram abertas inscrições. Altino, da CSP-Conlutas, caracterizou a luta contra as privatizações como “uma guerra social”, de classes. O presidente da CTB de SP, assinalou que, apesar de “ganhar a narrativa ... perdemos a luta” pela Sabesp. A representante da CUT afirmou que “o plebiscito foi vitorioso”, e agora era hora de retomar a luta, visando a derrotar Tarcísio. Algumas organizações e correntes propuseram deflagrar a greve “sem data para acabar”, acusando ainda as direções de ter agredido trabalhadores da oposição em 2023, por terem exigido a organização das bases, etc.

Em meio às falas, foi apresentado o calendário de luta das direções. A interrupção dos oradores que desenvolviam suas posições mostrou que as direções não convocaram o encontro para discutir programa, ações, métodos e muito menos aprovar mudanças no calendário. Inclusive as assembleias das categorias estão convoca-

Em meio às falas, foi apresentado o calendário de luta das direções. A interrupção dos oradores que desenvolviam suas posições mostrou que as direções não convocaram o encontro para discutir programa, ações, métodos e muito menos aprovar mudanças no calendário.

das para a semana de 19 de fevereiro. Nelas, as direções acordaram apresentar o calendário decidido por elas, burocraticamente, por cima das bases, e sem as consultar. Como se vê, a “retomada das lutas “das direções não passa da “retomada dos métodos burocráticos” do ano passado, que como a própria mesa reconheceu, culminou na derrota da Sabesp. Tanto é assim que a “luta pelas narrativas”, os gritos de “Fora Tarcísio”, a necessidade de “dosificar” a radicalização na disputa por “ganhar a narrativa” não passam de declarações obscuras de que, mais uma vez, se submeterão as greves, atos e manifestações à luta e calendário institucional e, neste ano particularmente, à disputa eleitoral. Isso explica ainda porque a “greve” (ainda não confirmada) foi convocada no mesmo dia de convocada a sessão na Alesp para tratar da privatização da linha 7.

Nota-se que a burocracia de esquerda (PSOL nos metroviários, e PSTU na Conlutas) está em pleno acordo com a burocracia reformista (CTB, pelo Sitema) e direitista (Força, ferroviários e eletricitários) em defender a “unidade burocrática” que afundam a luta nos métodos da judicialização e pressão parlamentar. O fazem contra o setor das bases e do movimento contra as privatizações, que exigem a unidade

construída desde as assembleias de base e comitês unitários para radicalizar o movimento. O fizeram também no ano passado (na assembleia de metroviários de novembro), quando se unificaram às burocracias direitistas, contra convocar novas assembleias que poderiam votar a continuidade. Por isso, de que serve gritar que estamos em “uma guerra”, se se a evita ao unificar com as direções governistas que enterraram a disposição de luta das bases e as arrastaram à farsa da Alesp? A Conlutas e o PSOL se negam a romper o “calendário” de conciliação de classes que levou à derrota da Sabesp. Uma guerra que sequer a Conlutas travou na GM, para impedir os PDVs que desgraçam os operários. Hipocrisia essa que compartilham junto do representante do Comitê de luta contra aumento das tarifas, que impõe ao movimento formas deliberativas e de ação acordadas por cima, e se negam a defender a estatização sob controle de usuários e trabalhadores do transporte rodoviário na cidade de SP. Essa bandeira poderia unificar as lutas, junto aos trabalhadores e usuários, ao invés de uma declaração vazia na reunião.

Enquanto essa hipocrisia dos setores ditos “classistas” e de “esquerda” roda à solta com a conivência cúmplice da burocracia reformista e direitista, que posa de democrática, os gritos de “Fora Tarcísio” deixaram claro qual a “estratégia” das direções burocráticas, incluída a psolista dos metroviários: usar a “unidade” burocrática para servir à campanha e candidatura de Boulos-Marta. Esse é o verdadeiro conteúdo da unidade “acima das diferenças”, sob o espantalho de “derrotar o fascismo”. Qualquer posição que critique a unidade burocrática e traidora é rotulada de servil da direita. Mas, na prática, quando se abre mão da luta de classes ao redor das reivindicações mais sentidas, se abre o caminho para os ataques direitistas da burguesia e seus governos, de direita ou de esquerda.

... a “luta pelas narrativas”, os gritos de “Fora Tarcísio”, a necessidade de “dosificar” a radicalização na disputa por “ganhar a narrativa” não passam de declarações obscuras de que, mais uma vez, se submeterão as greves, atos e manifestações à luta e calendário institucional e, neste ano particularmente, à disputa eleitoral. Isso explica ainda porque a “greve” (ainda não confirmada) foi convocada no mesmo dia de convocada a sessão na Alesp para tratar da privatização da linha 7.

A “retomada” da luta será de novo marcada pelos métodos de controle burocrático e rejeição da ação direta. Quer dizer, pelo objetivo de “pressionar” a Alesp (Assembleia Legislativa de S. Paulo) e negociar como “revertê-las”. Como Tarcísio é antagônico à conciliação, daí a importância da luta neste ano pelo “governo próprio” de Boulos na prefeitura. Ora, as burocracias sabem que as privatizações são objetivo do governo Lula. Mas, usam apenas as do governo Tarcísio para seus ataques, porque servem a esses interesses eleitorais. Demonstram que só se importam em usar os sindicatos e lutas em favor do democratismo e da conciliação de classes. Esse é o real conteúdo do calendário, que tem apenas um dia de greve (26/02, dia do “leilão” da linha 7), e o restante são atos simbólicos na Alesp (08/02), em dia de audiência pública, participação em blocos de carnaval (desde 09/02), participação nas audiências judiciais contra perseguidos dos metroviários, e uma panfletagem “unificada” no dia anterior ao leilão da linha 7 (22/02).

Sob controle da burocracia e presa ao cretinismo parlamentar e judicial,

as manifestações e greves voltadas a servirem de base da manobra eleitoral do reformismo pró-imperialista serão fatalmente derrotadas. E a privatização da CPTM por “fatias” continuará. Essa é, na verdade, a lição “trágica” de 2023 com a Sabesp. Foi uma imposição pela força do governo, contra um movimento organizado pelas burocracias, e que subordinou as duas greves de 24 horas aos métodos democratizantes. Tarcísio venceu a conciliação de classes e unidade burocrática, não os trabalhadores que ainda não desenvolveram toda sua capacidade de luta e força coletiva. Ou seja, o governo venceu porque não teve de enfrentar a democracia operária e a ação coletiva das massas, a greve por tempo indeterminado e paralisação de todos os serviços, até a retirada dos projetos de lei privatistas. Portanto, a lição é que não se derrota o governo com “narrativas”, e não se freiam as privatizações impostas pelo capital financeiro no campo institucional manejado pelos capitalistas.

As direções sindicais burocratizadas, contrárias aos métodos próprios dos trabalhadores, sempre procuram uma via de acomodação e subordinação prática da luta grevista à democracia e instituições burguesas. O que significa negar na prática que somente os trabalhadores do setor e o conjunto da população assalariada, que dependem dos serviços ameaçados de privatização, podem assumir, com suas próprias mãos e métodos de luta, a defesa do caráter público e estatal dos serviços públicos essenciais. Enquanto a direção não tiver de enfrentar um movimento radicalizado das bases, que lhe imponham seu programa e seus métodos próprios, os trabalhadores arcarão com derrotas. O que exige forjar uma direção classista e combativa, em luta aberta contra as burocracias pelegas e traidoras. Essas são as principais lições surgidas do ano passado, e que continuam presentes como tarefas a serem cumpridas. ●

A imposição da contratação precária aos professores da chamada categoria “O” e o rebaixamento das lutas pela direção da Apeoesp nos últimos anos

A terrível situação em que vivem hoje os professores da chamada categoria “O” em São Paulo, é histórica. O governo de São Paulo, à época Geraldo Alckmin, em 2005, tentou demitir 120 mil professores contratados, chamados de ACTs (Admitidos em Caráter Temporário). O conjunto desses professores representava mais de 50% da categoria. A demissão desses professores foi motivada pela reforma da Previdência, aprovada no primeiro mandato do governo Lula, uma parte dela aplicada em 2003, e outra em 2005. Essas reformas seguiam as propostas do governo Collor, passando por Itamar e Fernando Henrique Cardoso. As reformas previdenciárias que atravessaram esses governos diminuíram a diferença de ingressos entre o setor público (Regime Próprio de Previdência), que abrange os estados, os municípios e o Distrito Federal, e o setor privado (Regime Geral de Previdência). Essa diferença era fruto de lutas históricas dos servidores públicos, e tornava a carreira pública mais atrativa aos assalariados, pois permitia, aos que se aposentavam, fazê-lo mais cedo e com melhores salários. As reformas impuseram também a taxação dos inativos do setor federal, e o pior de tudo é que impôs maiores tempo de serviço e idade mínima de contribuição, expirando ambos os regimes.

Diante dessas reformas, o governo estadual sob direção de Alckmin, em 2005, anunciou, da noite para o dia, a demissão de todos os servidores contratados com o famigerado PLC 26 da demissão. Como à época Alckmin era um governo de oposição a Lula, a direção sindical organizava a categoria para lutar. Chamou a greve com as assembleias na capital. O movimento de professores se entroncou com o dos alunos e professores das Universidades estaduais que estavam em greve e, parando São Paulo, fez o governador engavetar (conjunturalmente) o projeto. Sob o governo de José Serra, retomou a ofensiva e mandou novamente um Projeto de Lei, no qual extinguia o IPESP

(Instituto de Previdência de São Paulo) e criava o atual SPPREV (São Paulo Previdência). No bojo do PL estava, mais uma vez, a demissão dos professores ACTs, deflagrando então um novo movimento contra o governo estadual, com as paralisações e assembleias. Entretanto, o governo seguiu firme e colocou o projeto para ser votado.

Sob pressão das bases mobilizadas, a burocracia foi obrigada a radicalizar a luta iniciada. Enfrentando a polícia, os professores ocuparam a Assembleia Legislativa (Alesp), e passaram a achingar os deputados que, diante da pressão do movimento, foram obrigados a recuar e cancelar a sessão. No dia seguinte, com os professores ainda ocupando a assembleia, sob ameaça de corte da energia e da água como medida para forçar a desocupação, o governo Serra mandou um projeto de lei que previa a estabilidade aos professores ACTs. Assim, encaminhou uma emenda assegurando que os profissionais admitidos pela Lei 500 até a data da publicação da lei não seriam dispensados, ainda que não tivessem aulas atribuídas. A lei criou, ainda, uma “regra de transição” para os novos professores que ingressassem após essa data. De um lado, com a luta e força coletiva, os professores conquistaram a estabilidade com a lei 1010/2007, mas, de outro, depois de 2 anos, era criada a lei 1093/2009, que impunha um novo regime de contratação precária para todos os ingressantes, que vigora até hoje.

No ano de 2009, quando o governo estadual encaminhou novo projeto de lei para impor a contratação precária, a direção do sindicato já havia assimilado e aceito a política burguesa das terceirizações, as privatizações e a flexibilização das leis trabalhistas. Nas montadoras, os sindicatos cutistas também impunham os acordos rebatizados com Lay-offs, PDVs, banco de horas, demissões, etc. A burocracia sindical da Apeoesp apenas aprofundava a via traçada pelas direções burocratizadas, de utilizar a conciliação de clas-

“
...
[2009]

A burocracia sindical da Apeoesp apenas aprofundava a via traçada pelas direções burocratizadas, de utilizar a conciliação de classes para garantir a governabilidade do governo Lula, que aplicava em âmbito federal as mesmas políticas de arrocho das aposentadorias, de terceirização e flexibilização trabalhista.

ses para garantir a governabilidade do governo Lula, que aplicava em âmbito federal as mesmas políticas de arrocho das aposentadorias, de terceirização e flexibilização trabalhista.

Ao se disciplinar às medidas de ataques e arrocho, a burocracia sindical da Apeoesp foi impondo também o divisionismo que o governo impôs no magistério, com as categorias: “A” efetivos, “N” com estabilidade, que a ganharam com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (todos os que já tinham completado 5 anos de trabalho no magistério nessa data ganharam a estabilidade), “F” estáveis pela lei 1010/2007, “L” professor que foi contratado depois de 2007 e vai transitar para a famigerada categoria “O” - dentro desta, ainda existe uma subcategoria, que é o “S”, criada por uma portaria que permite ao professor sem aula atribuída fazer substituição dos professores que faltam na maioria dos casos esporadicamente - o também chamado professor eventual, que também sofreu precarização a partir de um decreto de Geraldo Alckmin em 2015. Anteriormente, esses professores eram contratados pela própria escola, sem um limite, mas agora cada escola só pode

ter 2 professores eventuais, o que passa longe da demanda das escolas superlotadas, e que acaba fazendo adoecerem com mais frequência os professores. De maneira que na maioria das escolas os alunos ficam largados nos pátios, sem professores, o que vem ocasionando cada vez mais violência.

Hoje, os professores contratados somam mais de 100 mil. E o principal motivo é a crise do capitalismo, que leva os governos a imporem a destruição dos serviços públicos, a contratação precária, o aumento da carga de trabalho e o rodízio de mão-de-obra.

BUROCRACIA SINDICAL DA APEOESP AGE PARA PROTEGER OS CAPITALISTAS E O GOVERNO DE FRENTE AMPLA LULA/ALCKMIN

As direções sindicais agem para impedir e isolar as lutas dos trabalhadores que lutam contra as privatizações, contra as demissões e o rebaixamento de seus direitos, e na Apoesp não é diferente. Com reuniões de representantes, atos e até assembleias online, a burocracia vai impondo a sua política de derrotas e de imposição da política do governo sobre os professores da rede estadual de São Paulo. A política de conciliação das burocracias e de negociar no campo imposto pelos governos burgueses se expressa na política de crenitismo parlamentar. Assim, substituem o método da luta de classes pela pressão jurídico-parlamentar. Nessa perspectiva, passam a negociar com os patrões e governos no campo dos ataques determinados por eles, como é o caso dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC (CUT/PT), e dos metalúrgicos de São José dos Campos (CSP-CONLUTAS/PSTU). Tanto a burocracia

reformista como a centrista aceitam as medidas de ataques, como Lay-offs, PDVS, férias coletivas, precarização trabalhista, desemprego, etc., e que depois acabam em demissão ou terceirização. É o caso também do Andes e dos Correios, entre outros.

No caso da Apoesp, a direção negocia no campo ditado pelo governo Tarécio de Freitas, com a política de arrocho salarial, corte de verbas, privatização e terceirização dos serviços públicos. Base aliada do governo Lula, que aplica a mesma política a nível nacional, guardadas algumas pequenas diferenças, a burocracia da Apoesp tenta impedir a luta dos professores do estado, porque sabe que sua projeção pode acabar ameaçando o governo burguês de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin. Essa política de submissão se manifestou com mais clareza quando, na última assembleia, que foi chamada somente para os professores contratados, dividindo os professores entre contratados e efetivos, a burocracia impôs uma única votação, sem qualquer debate anterior entre as correntes e a própria base. Eis: "se não respeitar nossos direitos o ano letivo não vai começar". E o que seriam esses tais direitos? São eles: pagamento dos salários completos em janeiro para os professores demitidos (sem o corte a partir do fim do ano letivo em 17 de dezembro), pagamento dos salários de fevereiro para uma parcela que supostamente não seria demitida, e o pagamento do bônus. Todavia, a direção do sindicato entrou a negociar com uma comissão para falar com o secretário adjunto, que sequer foi votada na assembleia. Como a burocracia continua negociando e enrola a categoria, o ano irá começar sem qualquer luta, e com as demissões da categoria "O" rolando à solta, o fechamento de 30 escolas estaduais já municipalizadas etc. A assembleia, que era primordial para iniciar uma luta imediata contra as demissões dos professores, pela estabilidade no emprego (sem o falacioso concurso público), foi deformada pela burocracia. Inclusive com a ajuda das correntes ditas de esquerda, que antes eram parte da oposição e hoje se subordinam às negociações impostas pela burocracia e o governo.

Permanece o desafio de se erguer uma frente de oposição verdadeiramente classista, apoiada nos reais interesses dos trabalhadores

PERSISTEM OS PROBLEMAS DA OPOSIÇÃO COMBATIVA EM UNIFICAR OS PROFESSORES PARA COMBATER A POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO DA BUROCRACIA

A Oposição Combativa só conseguiu criar uma unidade mínima para concorrer às eleições sindicais p. Mas, logo depois das eleições, a "unidade" acabou se dissolvendo pela vacilação do Reviravolta de radicalizar seu discurso, para depois acabar aceitando debater dentro do quadro imposto pela burocracia. No último ato, chamado pela subsede da Lapa, que foi esvaziado, o Reviravolta, junto de seu aliado Nossa Classe (MRT) foram até a secretaria, protocolar um documento pedindo a não demissão dos professores contratados, e sua efetivação. Veja que essas correntes defendem como pauta uma reivindicação necessária e urgente, mas, usando da mesma forma que a burocracia, apresentam um abaixo assinado. Até agora, nada fizeram efetivamente para convocar plenárias de base, organizar a categoria e impulsionar seu choque com o governo e direção sob um plano de defesa dos professores. É bom lembrar que o PSTU acabou se aliando à burocracia estudantil da USP para impor o plano da reitoria, se colocando contra a radicalização da greve. Como podemos ver, a crise de direção atinge com força toda a esquerda, com o centrismo não é diferente, o que acabou por dissolver a oposição.

Permanece então o desafio de se erguer uma frente de oposição verdadeiramente classista, apoiada nos reais interesses dos trabalhadores, e que defende a democracia direta das assembleias, e o método da ação direta de massas, ou seja, que combata o método burocrático imposto pelas direções e a paralisação dos centristas, que seja capaz de unificar as lutas de todos os professores, sem divisionismos, contra as privatizações e terceirizações. ●

FOLHETO

notas sobre o PROBLEMA EDUCATIVO



Adquira com nossos militantes!

Campanha do Funcionalismo Federal: Fóruns rebaixam proposta salarial mesmo sem luta e com o zero do governo

Dia 30 de janeiro, por meio de uma Plenária híbrida, entidades sindicais do Fonasefe e do Fonacate, que organizam a maior parte do funcionalismo federal, aprovaram a “contraproposta” para apresentar ao governo, o qual, em 18 de dezembro, divulgou sua proposta de 0% de reajuste para 2024, com aumento apenas de alguns vales, que não atingem os quase meio milhão de aposentados e pensionistas.

A proposta original das entidades era de 39,77% a 53,17%, dependendo da situação das categorias, que receberam 2 ou 4 aumentos, entre 2015 e 2023. A “contraproposta” rebaixa os índices para 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria. Como antes, esse índice deveria ser parcelado em três anos, 2024 a 2026, com os reajustes inflacionários previstos. O governo enrolou as direções sindicais por todo o ano de 2023 e, no final do ano, apresentou o zero. Algumas entidades chegaram a aprovar o “estado de greve” e a prometer “mobilização” contra o governo. Mas o que fizeram até agora foi rebaixar os índices, mesmo sem qualquer luta prévia, e apontar que só farão uma luta se for conjunta, ou seja, como sabem que o consenso para uma greve nunca existirá entre os vários sindicatos, postergam qualquer luta efetiva. Segundo nota do ANDES-SN, “Há também em construção um calendário de atividades com as demais carreiras do serviço público federal, para ampliar a discussão pelas bases, em torno da possibilidade de greve. Apesar de algumas categorias já terem tirado indicativo de greve, o tema não é pacífico e ainda deverá ser muito debatido ao longo do próximo período”. O tema da greve não foi e não será pacífico, mas, com certeza, não está sendo debatido no período atual, o que mostra a colaboração com o governo federal, que segue enrolando o funcionalismo.

ANDES-SN: ASSEMBLEIA A TOQUE DE CAIXA E POSIÇÕES DE REAJUSTE ZERO

No dia 19 de janeiro, a direção do ANDES-SN, que dirige os docentes das IFES, resolveu soltar uma Circular, convocando uma rodada de assembleias nas universidades e institutos que dirige. As seções sindicais teriam entre 22 a 26 de janeiro para realizar as assembleias e apresentar a posição frente à proposta do governo, que fora apresentada um mês antes.

Ainda que seja período de recesso em muitas universidades, muitas continuam com calendários letivos desregulados desde o período da Pandemia. A chamada da assembleia com menos de 1 semana para divulgar e convocar as bases mostrava a intenção já de aceitar a contraproposta dos Fóruns, e dar um verniz de “democrático” no abandono da reivindicação original, em torno da qual sequer se organizou um Dia de paralisação, ou se cogitou a construção de uma greve.

Na UFAM, por exemplo, que está com calendário desregulado e tendo aulas normalmente, a assembleia foi convocada rapidamente, sem grande divulgação, obviamente, e de forma “híbrida”, presencial em Manaus e remota para as unidades do interior. Na assembleia, a direção da seção sindical, apoiadora da atual direção do ANDES-SN (PSOL e PCB), apresentou a absurda e vergonhosa proposta de não defender reajuste em 2024, dada o que chamaram de “correlação de forças”. Na verdade, por detrás dessa “correlação”, existe a governabilidade de Lula/Alckmin, da frente ampla, a qual, por sua vez, tem como política econômica central o Arcabouço Fiscal e a defesa do sustento do grande capital financeiro, parasitário. Não lutar contra o governo por reajuste salarial, pela recomposição das perdas salariais em 2024 é, na prática, colaborar com o governo e essa política. Proposta que foi aprovada por

maioria, mas que perdeu no interior do sindicato, na reunião do dia 27. Essa direção também defendeu que não se construísse a greve a partir de fevereiro, mesmo concordando que as reuniões da Mesa Nacional de Negociação foram de “enrolação”.

ROMPER COM A CONCILIAÇÃO, ORGANIZANDO A MOBILIZAÇÃO NACIONAL E A GREVE

Não há outra saída. O governo continuará fazendo de tudo para se enquadrar no novo regime fiscal, cortando verbas para as universidades, como já o fez no orçamento para 2024, e arrochando os salários do funcionalismo. Qualquer afirmação em contrário é leviana e mentirosa. Acreditar que, em 2025, a situação será melhor é acreditar que a crise econômica se alivia, quando os próprios dados do governo revelam que não, como a menor arrecadação em 2023 do que em 2022.

É preciso partir da reivindicação salarial, da luta pela recomposição das perdas atuais e históricas, e erguer as demais reivindicações que defendem os serviços sociais públicos. É preciso se chocar contra esse governo. A defesa do funcionalismo federal e das áreas como Educação, Saúde, Ciência, Cultura, passa por esse choque.

Realizar as assembleias presenciais, convocadas com antecedência e precedidas de mobilização em torno do chamado para a construção da greve é fundamental para começar a pressionar o governo a abrir real negociação com as categorias do funcionalismo. Não podemos mais acreditar nas mesas de enrolação, não podemos mais esperar mais um ano pela resposta do governo. Pela construção da greve imediatamente, partindo dos setores que se mobilizam e estão dispostos, na prática, a garantir a independência de classe e o fim da colaboração com mais esse governo burguês, antinacional e antipopular. ●

Ato contra o genocídio na Palestina em SP

O ato contra o genocídio na Palestina, de dia 28/01/2024, reuniu ao todo 70 pessoas, em frente à Rede Globo. Por duas horas, se desenvolveram as posições, bandeiras, consignas e programa de correntes e partidos contra o genocídio em Gaza, e as tarefas colocadas para por um fim nele. Correntes internas do PSOL e PT, PSTU e Conlutas, partidos de esquerda e dirigentes da comunidade palestina no país convocavam as massas a combater e denunciar os massacres, grande parte delas se orientando particularmente a criticar a Globo pela orientação pró-sionista na apresentação das notícias sobre Gaza.

Diferentemente dos anteriores, o último ato foi esvaziado, limitando-se às correntes organizadoras, membros da comunidade palestina, da organização de judeus antissionistas e do movimento estudantil, expressando as contradições de um movimento que não conseguiu se estender ao movimento operário e popular. O esvaziamento, é certo, também expressou a ausência de grande parcela dos assalariados, especialmente professores e estudantes, que estão de recesso. O tempo chuvoso, o dia escolhido e local (muito distante da Avenida Paulista e com poucas possibilidades de transporte) também contribuíram.

O principal problema diz respeito ao caráter indefinido e conteúdo democratizante do “programa” da Frente Palestina São Paulo, em grande parte ditado pela sua “direção” na prática: o PSTU e aliados da comunidade árabe-palestina. Ainda que a “frente” não pretenda impor uma posição sobre as outras, até onde sabemos não existem debates profundos sobre programa e táticas. Eis porque tiveram grande protagonismo nas falas o suposto caráter “progressivo” e



Fala do PPRI no ato da Palestina

Esta manifestação é realizada como parte da convocatória global contra o genocídio em Palestina, no mundo todo. Temos visto manifestações de massas na França, na Inglaterra, por todo Oriente Médio contra o genocídio. No entanto, não é isso que importa para a imprensa. Essa imprensa está a serviço dos capitalistas, quem lhes paga. Está a serviço do capital financeiro e dos monopólios, das multinacionais. Aqui estamos para protestar contra a rede Globo. Porque quem sustenta o genocídio sobre a faixa de Gaza são os Estados Unidos e seus aliados. Como é que Israel pode jogar tantas bombas, invadir com centenas de tanques e matar tanta gente, se não tivesse os armamentos e insumos que os EUA produzem e enviam para lá? Os EUA estão por trás do estado sionista, desde sempre e, nesse momento, eles são os responsáveis diretos pelo genocídio que acontece.

Por isso, são muito importantes os movimentos que aconteceram na Bélgica e na Espanha, onde os operários bloquearam os portos. Nós temos de bloquear todo tipo de ajuda econômica, logística, militar que vá para Israel. A classe operária tem que entrar em greve, ocupar as fábricas de armamentos, ocupar e bloquear aeroportos, nós temos de bloquear totalmente qualquer ajuda, qualquer colaboração, que se faça em relação ao Estado de Israel e que sustente o genocídio.

Somente a classe operária, em greve, com seus métodos próprios de luta, com independência de classe, será capaz de impedir a continuidade desse massacre ... já vimos o que deu a resolução da Corte Internacional. Não impôs o cessar-fogo, apesar de condenar o sionismo de maneira abstrata.

Temos que lutar pelo cessar-fogo! Vamos continuar nas ruas até que isso aconteça!

Pelo fim do genocídio em Gaza!

Impulsionar a luta de classes em cada país!

A resposta das massas mundiais deve ser a derrota militar de Israel e dos EUA em toda parte, em cada país, com greves e ocupações, bloqueios de portos, aeroportos e estradas, grandes manifestações de rua, tudo o que sirva para sabotar definitivamente a ação militar sionista e imperialista!

Manifesto PPRI - 28 de janeiro de 2024

Mais de 26 mil mortos e 64 mil feridos, 8 mil presos sob escombros, 6 mil presos sistematicamente torturados, milhões deslocados à força de suas casas e propriedades, a prática de destruição de toda infraestrutura econômica e social, os bombardeios de campos de refugiados e colunas de famintos, são a prova material do genocídio sistemático, planejado e executado por meios militares, objetivando impor uma “solução final” do Estado de Israel para os palestinos. Há ainda milhares de provas materiais documentadas, em mais de 76 anos de colonização sionista, de que essa é a “solução” de Israel para o que chama de “problema palestino”. Medidas que aproximam o sionismo do nazismo, que massacrou milhões de judeus, roubou suas propriedades e expulsão de suas terras e moradias.

Esse foi o entendimento da África do Sul, que apresentou, perante a Corte Internacional de Justiça (IJC), uma denúncia por genocídio contra o Estado de Israel. Trata-se de um país que sofreu na própria carne a brutalidade do racismo e apartheid de um Estado implantado à força, de fora para dentro, para servir aos interesses imperialistas. Na sexta-feira, a IJC considerou plausível a alegação da África do Sul de que Israel estaria cometendo genocídio, e “ordenou” a Israel “não cometer” genocídio, parar com os ataques, garantir acesso de ajuda humanitária a Gaza, e que se libertem todos os reféns detidos pelo Hamas.

A declaração é hipócrita. Responsabiliza indiretamente o Hamas (expressão da revolta da nação oprimida) pelo genocídio sionista (verdugos dessa nação oprimida). Não exige o cessar-fogo e retirada das forças sionistas de Gaza. Exige dos genocidas que preservem

O que interessa às massas palestinas é a derrota militar e expulsão dos sionistas de suas terras...

provas ou se abstenham de massacrar civis. A limpeza étnica, o roubo de terras, a posse das riquezas do subsolo e expulsão dos palestinos é um plano sistemático, aplicado no interesse da burguesia imperialista e sionista, para continuar a explorar as riquezas da região. Por isso é que a decisão da Corte não terá qualquer efeito prático.

O que interessa às massas palestinas é a derrota militar e expulsão dos sionistas de suas terras. A destruição do Estado sionista será também a expulsão do imperialismo, que se serve do sionismo e de seu estado para impor seus interesses. Não será possível acabar com a opressão de um enclave sobre a nação palestina sobre a base de dois estados, que, no capitalismo, resultará em um estado oprimindo o outro, necessariamente. Acreditar que a decisão da Corte freará o genocídio não passa de enganação, deliberada ou inconsciente. Mas, pode servir à burguesia mundial para desviar as massas da campanha pela defesa incondicional dos palestinos e de organização de boicotes, greves e ocupações de empresas sionistas e imperialistas, para a via de derrota das ilusões na Justiça burguesa.

A ruptura diplomática com o estado sionista é um passo político importante. Mas existem acordos comerciais, de cooperação policial, contratos de todo tipo, indústrias e comércio de capital sionista, etc. Os movimentos sociais têm a tarefa de levantar as bandeiras que correspondam ao enfrentamento com todos esses vínculos que favorecem a burguesia e o governo israelense.

Os Estados Unidos são o fornecedor de armas e insumos ao genocídio promovido pelo Estado de Israel. A classe operária norte-americana pode, com greves, manifestações e ocupações de portos e aeroportos, barrar o envio de suprimentos. Assim como esse envio pode ser barrado em outros países, como já ocorreu na Espanha e Bélgica. Está nas mãos do proletariado mundial a força necessária para barrar o genocídio, por meio da luta de classes.

A defesa incondicional dos palestinos é parte da luta de classes mundial. É com uma intensiva campanha nos sindicatos e organizações de massas, defendendo a solidariedade ativa e o internacionalismo proletário (greves, ocupações de fábricas, bloqueio de portos, boicote ativo aos interesses e impressas sionistas e imperialistas etc.) que o proletariado em nosso país, e em todo o mundo, ajudará aos palestinos a vencer a seus verdugos.

É preciso erguer um movimento unitário e nacional ao redor das reivindicações mais sentidas pelas massas, organizado com total independência de classe, com os métodos da luta de classes e sob a estratégia própria de poder. O combate ao imperialismo se dá em toda parte. Mas, pesa ainda a ausência da direção revolucionária mundial, internacionalista, que poderia impulsionar as tendências de luta das massas em toda parte, e desenvolver esse programa. Entretanto, sua defesa e dos métodos para impô-lo, ajudarão a tirar do caldeirão da luta de classes a vanguarda que a reconstituirá sobre a base internacionalista, proletária e marxista. ●

ALEMANHA

Greves de ferroviários na Alemanha é um sinal do avanço da revolta da classe operária e da luta de classes

O sindicato de maquinistas da Alemanha (GDL), fez greve por cinco dias (de 23 a 28 de janeiro), contra a empresa Deutsche Bahn (DB, estatal) exigindo aumento de salários de € 555 (18%), redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais (por 4 dias de trabalho), aumento em 5% nas contribuições patronais nas aposentadorias, e aumento dos “prêmios” por produtividade em 25%. A empresa ofereceu aumento salarial de 4,8%, adicional de 5% a partir de abril de 2025, redução de jornada de 38 para 37 horas para 2026, e um “bônus” em face da escalada inflacionária de até € 2.850.

A greve da GDL, que representa 50 mil assalariados, paralisou o transporte de passageiros e mercadorias em todo o país. É a quarta greve em três meses, e a mais longa do plano de lutas aprovado. Representa ainda um novo elo na alta da luta de classes no país, perante o aumento do custo de

vida e precarização do trabalho, produto do agravamento da crise econômica diante dos custos do financiamento da guerra na Ucrânia e, especialmente, pelos reflexos do aumento dos preços dos serviços e da energia, que resultaram do bloqueio às importações de alimentos e energia da Rússia.

Negociações entre empresa e sindicato foram convocadas para dia 5 de fevereiro. Estima-se que durante as negociações não haverá novas medidas de força. Se não houver resposta favorável do Estado às reivindicações operárias, é possível que os trabalhadores retomem as paralisações. A destruição acelerada das condições de vida obriga os assalariados a saírem à luta.

A greve da GDL expressou as tendências de revolta dos trabalhadores contra o aumento da exploração e derrubada dos ganhos, produto das políticas e interesses imperialistas. No momento de fecharmos este jornal, foi

convocada uma paralisação do transporte público municipal (2 de fevereiro) de ônibus, metrôs e trens, com mais de 90 mil assalariados por todo o país. Essa nova manifestação é parte das tendências de luta presentes entre o operariado alemão. A colisão dos sindicatos de um setor estratégico abre um caminho de choque com a burguesia imperialista alemã e seu governo.

As greves, bloqueios e manifestações que acontecem na Europa demonstram que na Alemanha também as massas operárias e assalariadas devem recorrer à ação direta para impor suas necessidades mais imediatas e a defesa de seus direitos. Está objetivamente colocada a unificação das lutas operárias por toda a Europa. Para isso, é preciso passar por cima do divisionismo nacionalista e desenvolver a política e programa revolucionários, que ajudem a vanguarda a travar a luta pela estratégia proletária. ●

EUROPA

Protestos de agricultores por toda Europa contra o aumento dos custos e derrubada dos ganhos

A Europa foi palco de um protesto generalizado de agricultores. Bloquearam-se rodovias e pontes, mercados e prédios de governo, exigindo o fim dos impostos sobre combustíveis, subsídios para a compra de insumos necessários à produção, a “flexibilização” da política agrícola da UE (“Pacto Verde”), e a imediata restrição à importação de produtos agrícolas mais baratos, se a produção nacional os garante para o consumo no mercado europeu. Os protestos aconteceram ao mesmo tempo na França, Espanha, Bélgica, Alemanha, Polônia, Hungria, dentre outros. Após um acordo provisório (quinta-feira, 1 de fevereiro) com o governo, foram levantadas as medidas na França. Todavia, os agricultores prometeram retornar às ações diretas, caso o governo não cumpra com o acordado.

As “medidas de guerra” europeias contra o Estado Operário russo tiveram reflexos imediatos na economia europeia, ao reduzir a oferta de energia ba-

rata e aumentar os custos de produção. A isso soma-se a legislação ambiental europeia, que fez menos “competitiva” a produção continental, em face dos produtos baratos importados das semicolônias. O aumento dos custos da produção agrícola reflete ainda o agravamento da escalada inflacionária, surgidas do financiamento da guerra na Ucrânia, jogando sobre as costas dos assalariados e da pequena burguesia os custos do belicismo europeu. Por outro lado, as contrarreformas previdenciárias e trabalhistas avançam pela UE, a serviço da valorização do capital financeiro, visando a saquear os ganhos populares em benefício de seus lucros.

A política e interesses da burguesia imperialista europeia vêm destruindo as condições de trabalho e de produção do operariado, assalariados e setores da pequena burguesia, introduzindo no continente condições para uma revolta geral contra o grande capital e seus governos. Há condições para a

.... a burguesia imperialista europeia vem destruindo as condições de trabalho e de produção do operariado, assalariados e setores da pequena burguesia, introduzindo no continente condições para uma revolta geral contra o grande capital e seus governos.

revolta nacional e continental contra a burguesia imperialista. Isso favorece a luta de classes e o desenvolvimento da estratégia proletária. A vanguarda está obrigada a superar a crise de direção, constituindo os partidos revolucionários, para impulsionar esses movimentos por trás da tarefa da derrota imperialista na Ucrânia e da luta revolucionária pelo fim dos ataques e pela derrubada das burguesias. ●

MOTORISTAS PARAM O TRANSPORTE DA CIDADE EM PROTESTO CONTRA ASSASSINATO DE COLEGA

Os motoristas e cobradores de ônibus decidiram parar no último dia 23, em São Luís (MA), como forma de protestar contra a morte de Francisco Vale Silva na véspera, próximo à rodoviária, na avenida dos Franceses.

Os motoristas se concentraram na

avenida das Cajazeiras, na região Central de São Luís, onde pararam todos os veículos. Segundo o Sindicato dos Rodoviários, a paralisação foi parcial nesse dia, mas voltou total no dia 24.

Além de protestar contra a morte de Francisco Silva, os rodoviários

chamaram a atenção para a insegurança para quem trabalha no transporte público em São Luís.

É com o método da greve que se responde aos problemas causados pelos patrões e governos, e se defendem as reivindicações. ●

NOTAS HISTÓRICAS

LENIN, VLADIMIR ILICH.

Nasceu em 22 de abril de 1870, em Simbirsk, e morreu em Gorky (perto de Moscou), em 25 de janeiro de 1924. Estudou Direito. Em Samara, organizou um círculo marxista e, a partir de 1893, apareceu como líder dos marxistas de São Petersburgo. Foi formado lutando contra o populismo e o terrorismo individual. Sua primeira prisão ocorreu em 1895. Ele lutou contra o economicismo e caracterizou a revolução russa como burguesa contra a burguesia, que já havia caminhado para a contrarrevolução. Em 1902, aparece o "Que fazer?", no qual são ex-

plicados os fundamentos marxistas do partido revolucionário e desmascarado o espontaneísmo. Ele lutou para estabelecer um partido de revolucionários profissionais, altamente centralizado e regido pelo centralismo democrático. Ele liderou a fração bolchevique contra os mencheviques, uma luta que, em 1912, concluiu numa divisão formal. Ele teve polêmicas com Trotsky. Após a derrota da revolução de 1905, emigrou para o exterior por muitos anos. Em abril de 1917, formulou as suas "Teses de Abril", que foram além da bandeira da "ditadura revolu-



cionária democrática dos trabalhadores e campões" e orientou o partido para a ditadura do proletariado. Ele teve disputas acirradas na liderança do partido sobre a próxima revolução. Juntamente com Trotsky, foi um dos principais líderes da insurreição de outubro de 1917. Lutou contra as pri-

meiras manifestações da burocratização estalinista no partido e no Estado operário. Ele foi o primeiro a apontar o perigo da ditadura de Stalin sobre o partido ("Testamento"). Ele aplicou o marxismo à era do imperialismo.

(G. Lora, Dicionário Político). ●

NOSSOS FOLHETOS - INTERNACIONAL

**Guillermo Lora e a Rússia
EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**

*e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista*

**Choques entre Estados
IMPERIALISTAS
e OPERÁRIOS**

Novembro de 2023

**Pontos para uma
Resolução
Internacional**

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora - Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

01 de janeiro de 1959

REVOLUÇÃO CUBANA



Em 26 de julho de 1953, um grupo liderado por Fidel Castro atacou o quartel Moncada, na província do Oriente, que resultou em fracasso. A luta de guerrilha continuou. Em janeiro de 1959, foi instituído o Governo Revolucionário, com a participação de representantes da burguesia. No seu início, foi um movimento democrático burguês que exigia ajuda dos Estados Unidos da América, e depois evoluiu para posições de esquerda radical. Em 29 de julho de 1975, a OEA, por 16 votos a três (Chile, Uruguai e Paraguai), mais duas abstenções, suspendeu as sanções obrigatórias contra Cuba (o delegado boliviano F. Ortiz S. votou afirmativamente). Em 1964, a Bolívia rompeu as relações diplomáticas (governo MNR) com o regime revolucionário. Em 17 de dezembro de 1975, foi realizado o primeiro congresso do Partido Comunista, que aprovou a nova constituição elaborada pelo estalinista Blas Roca. Suslov, do PCUS, e Kadar, do Partido Comunista Húngaro, compareceram. Em dezembro de 1974, as relações com a Venezuela foram retomadas após dez anos de ruptura. Cuba tem oito milhões de habitantes.

(G. Lora, Dicionário Histórico, Político e Cultural)



27 de janeiro de 1944

Expulsão dos alemães de Leningrado pelo Exército Vermelho

Após quase 900 dias de ocupação nazista, há 80 anos era libertada Leningrado, hoje São Petersburgo. Milhões de pessoas morreram por conta dos ataques, fome e frio. A cidade era a 2ª maior da URSS, política, cultural e financeiramente. A resistência aí foi um grande obstáculo aos nazistas, por tomar grande parte de suas tropas e provisões. A vitória soviética aí permitiu avançar rumo aos Bálticos e caminhar para a derrota total do nazismo na 2ª guerra mundial. A mobilização da população proletária da cidade foi um elemento central para derrotar as tropas alemãs. Apesar do controle da burocracia contrarrevolucionária de Stalin, que fracassou na sua política de convivência pacífica, as forças soviéticas foram capazes de derrotar o imperialismo alemão e manter vivo o estado operário, ainda que degenerado. ●

Fevereiro de 1848 publicação do MANIFESTO COMUNISTA

O segundo congresso da Liga dos Comunistas, realizado de 29 de novembro a 8 de dezembro de 1847, encarregou Karl Marx e Frederick Engels de escreverem uma exposição pública dos seus objetivos de luta. O "Manifesto Comunista" é o documento fundamental do movimento marxista internacional, uma exposição insuperável do materialismo histórico. No primeiro capítulo, estabelece-se a premissa de que toda a história nada mais é do que a história da luta de classes, dos explorados e dos exploradores, que constitui a força que impulsiona a transformação qualitativa da sociedade. Analisa a formação do capitalismo no seio do feudalismo, da burguesia como classe social revolucionária, a sua transformação em classe reacionária, o necessário aparecimento do proletariado, cujo objetivo histórico não é outro senão pôr fim à ordem social baseada na grande propriedade privada burguesa e estabelecer o comunismo. A consciência de classe permite que a organização do partido revolucionário e que a luta de classes seja uma luta política. O quarto capítulo delineia o que será, devido ao desenvolvimento capitalista e à presença do proletariado, a revolução com objetivos burgueses e iniciada sob direção democrática: um prelúdio - diz ele - à revolução proletária, considerada como um fenômeno internacional. Na América Latina e particularmente na Bolívia, "O Manifesto Comunista" foi lido nas edições espanholas. A primeira edição boliviana conhecida foi feita em fotocopias na década de 1930 por grupos de tendência estalinista. ●

(G. Lora, Dicionário Histórico, Político e Cultural).

Passado e presente das lutas anti-imperialistas no Iêmen

 Em 30 de novembro de 1967, há 52 anos, foi fundada a República Democrática Popular do Iêmen: a RPDY, no sul do país (onde habitam os houthis). Sua existência de 27 anos, após sucumbir em 1984 pelas disputas internas, permanece como a única tentativa das massas árabes de erguer um governo “socialista” no Oriente Médio. A denominada “uniificação” do país em 1990, sob a forma de uma república burguesa, não apagou a experiência da RPDY e das lutas anticolonialistas e anti-imperialistas das massas iemenitas, expressando o instinto revolucionário das massas do país – ainda que deformadas sob os métodos e política nacionalistas islâmicos.

Esta nota complementa nosso manifesto sobre a situação do Iêmen sob ataque do imperialismo, para, desse modo, pôr de relevo os elos entre aquela experiência e a decisão dos houthis de serem parte ativa na luta contra o genocídio em Gaza.

ORIGEM DA LUTA ANTI-IMPERIALISTA IEMENITA

A colonização britânica da cidade portuária de Áden, em 1839, e a construção do Canal de Suez, em 1869, converteram o país em um ponto estratégico para o controle do imperialismo inglês sobre as rotas marítimas do Mar Vermelho (pelos quais passam, hoje, mais de 25% do transporte marítimo entre Europa e Ásia), e, que, no passado colonial, serviram de base de manobra para combater o Império Otomano e para frear os avanços da França no Oriente Médio.

No século XX, surgiu o movimento nacional contra a opressão colonialista e por melhorias nas condições trabalhistas, que espelhavam as lutas nacionalistas e operárias em diversos países da Ásia e do Oriente Médio, contra a opressão colonial imperialista. As tendências marxistas tinham uma expressão política marginal. Em parte, pelo peso do atraso herdado das relações sociais sectárias e tribais e, mais à frente, pela política de traições do estalinismo. De conjunto, esses fatores confluem pouco depois para bloquear a formação

de uma vanguarda árabe sob o programa da revolução e ditadura proletárias.

A chegada ao poder de Nasser, no Egito, com sua política de nacionalizações e ruptura com o imperialismo, pareceu às massas iemenitas como uma via efetiva, ajustada à realidade nacional e cultural, para conquistar sua libertação e autodeterminação nacional. A formação de diversas milícias palestinas no território do Iêmen para combater o colonialismo sionista aprofundou esse processo de aproximação das massas do país às posições nacionalistas radicalizadas.

O movimento sindical popular iemenita assumiu o programa nacionalista de estatizações, controle estatal dos recursos naturais e da economia nacional. Grande parte de suas lideranças aproximou-se do Movimento Nacionalista Árabe (MNA), do qual surgiram, em 1950, a Frente Popular Palestino para a Libertação da Palestina (FPLP), a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) e a Frente Popular para a Libertação do Golfo Pérsico Ocupado (FPLGPO). Mas, também, aquelas que abraçaram a teoria da luta de classes e se aproximaram da experiência “socialista” da URSS.

CRIAÇÃO DA RPDY

Em 1962, as forças milicianas e populares do sul do país que combatiam o colonialismo britânico, formaram a Frente de Libertação Nacional para a Libertação de Iêmen do Sul (FLN). Na região norte, oficiais do exército derrubaram o regime do Imanato (espécie de governo teocrático encabeçado por um Imaã) e declararam a República Árabe do Iêmen (RAY), que se aproximaria dos regimes árabes que já percorriam a trilha de submissão ao imperialismo e de negociação da retirada dos britânicos. A FLN se orientava pela expulsão dos britânicos pela via militar e erguia a defesa da nacionalização da grande propriedade.

Esses antagonismos levaram à guerra civil, que se alastrou por sete anos. Os súditos do Imaã deposto, apoiados pela Inglaterra, aproveitaram a guerra civil interna para derrotar os

“republicanos” da RAY, apoiada pelo Egito, já que Nasser era considerado o perigo mais imediato para o imperialismo. A derrota do Egito, da Síria e da Jordânia na Guerra dos Seis dias para o estado sionista obrigou o Egito a retirar suas tropas presentes no Iêmen. O enfraquecimento das posições dos “nasseristas” reforçou paralelamente a ascendência social da FLN e de seus métodos de “guerra ao colonizador”.

A RAY ficaria em pé formalmente, sobretudo pelo amplo apoio da oficialidade das forças armadas iemenitas e, por outro lado, pelo apoio financeiro dos países árabes monárquicos, que pretendiam evitar a vitória da FLN por todo o país. Assim, a “República” foi obrigada a proceder à “limpeza” de membros nacionalistas radicalizados. Em 1963, a fraqueza e a submissão da RAY foi vista como uma oportunidade pela FLN para lutar pelo controle efetivo de todo o sul do país. Em 1967, tinha sob seu controle a totalidade do interior do Iêmen e, em agosto deste ano, derrotaria as milícias da RAY presentes em suas regiões. O imperialismo britânico se viu obrigado a retirar-se de Aden. De posse do poder no Sul, a FLN nomeou as regiões sob seu controle de “República Democrática Popular do Iêmen”, em 1970.

DISPUTAS APARELHISTAS EM MEIO À EXPERIÊNCIA ‘SOCIALISTA’

O recém-criado Partido Socialista Iemenita (PSY), nova denominação da FLN, fez da RPDY o único estado da região alinhado ao “bloco socialista”. Na sua Carta Nacional (espécie de programa), chamam a luta anti-imperialista e a unidade de todos os iemenitas, para cumprir os objetivos da libertação e da autodeterminação nacionais. Unidade que, entretanto, nunca chegou a se concretizar, produto das profundas heranças sectárias que, posteriormente, se mostraram muito favoráveis aos governos feudais-burgueses e ao imperialismo, para bloquear e desarmar a experiência “socialista”.

A luta no interior da RPDY acabou levando a diversas tentativas de golpe de Estado e confrontamentos arma-

dos entre direitistas (republicanos) e esquerdistas (“socialistas”). Em 1969, a “direita” foi derrotada e criou-se o Conselho onde permaneceram presentes as disputas intestinas entre as frações “conciliadoras” (nacionalistas), “centristas” (estalinistas) e “revolucionárias” (de tendência maoísta). O Conselho permaneceu no poder até 1978, profundamente dividido nessas três facções. O presidente, Salem Rubaya Ali, representava sua ala “esquerda”: coube a ele as iniciativas mais radicalizadas de auto-organização popular, estatizações e reforma agrária. O Secretário Geral do Conselho, Abdul Fattah Ismail, liderava a ala “centrista”, e inclinava-se por medidas ao estilo soviético da Europa do Leste, de centralização burocrática e de acomodação ao “bloco soviético”.

CONQUISTAS SOCIAIS DA RPDY

Apesar da curta existência, a RPDY foi cenário de transformações radicais da estrutura econômica e social. A educação foi estendida a quase toda a população, por meio de campanhas de alfabetização, e favoreceu-se o acesso à cultura universal básica para toda a população. Instituiu-se a educação básica obrigatória de 8 anos. Construíram-se escolas e se formou, com ajuda da URSS e de Cuba, uma bem-formada leva de professores. Foi criada também a Universidade de Áden (1975), e foram abertas representações dela por todo o país (até os anos de 2000, as mulheres que ocupavam cargos públicos no país foram formadas e educadas sob a RPDY). Quanto à saúde, criou-se o Instituto de Estudos Sanitários e a Faculdade de Medicina na Universidade de Áden. Nos anos de 1980, começou a se formar uma ampla camada de médicos nacionais, complementando o atendimento sanitário provido por “soviéticos” e cubanos. Construíram-se centros de atenção básica de saúde, clínicas e hospitais – os serviços médicos e medicamentos eram de graça. No que diz respeito à moradia, a Lei de Moradia, de 1972, garantiu aos proprietários das cidades a propriedade da casa em que viviam, nacionalizando todas as restantes propriedades e oferecendo-as em aluguel para garantir moradia aos necessitados.

A luta dos houthis tem suas raízes históricas e são o produto histórico da luta mundial das massas pela destruição da opressão imperialista.

A Lei da Família (1974) outorgou às mulheres mais direitos que qualquer outro país árabe muçulmano. Tinham direito ao divórcio, não necessitando de permissão familiar. Favoreceu-se sua participação nos empregos e nos cargos públicos. Entretanto, mantiveram-se resquícios do passado da família feudal, ainda que limitados severamente pelas leis. Foi essa uma das medidas mais atacadas pelos países árabes e pelas frações sectárias do país, que viam nelas um atentado à “religião e a Deus”.

UNIFICAÇÃO E DESAGREGAÇÃO DA RPDY

A nacionalização da maioria das empresas – exceção feita à refinaria de Aden, que continuou em poder da British Petroleum até 1977, quando seria entregue ao governo, depois de “amortizado” seu valor – e o limitado desenvolvimento agrícola, graças à reforma agrária, permaneceram de pé após a “unificação” de 1990. Mas, logo avançaram as parcerias público-privadas, que ajudariam os monopólios a retomarem parte do controle sobre a economia nacional e de seus recursos.

As indústrias de plásticos, tecidos, alimentos e outros produtos, que se tinham desenvolvido embrionariamente, passaram por um longo percurso de destruição e esvaziamento. As leis trabalhistas favoráveis aos assalariados foram sendo desmontadas, especialmente as que protegiam mulheres. O nível de vida começou a derreter, e os sindicatos enfraqueceram. As tentativas de constituir “granjas coletivas estatais” e o estabelecimento do assalariamento, no final das contas, não conseguiram vingar além de experimentos isolados. A comercialização dos excedentes camponeses pelo Estado extinguiu-se, após décadas de “unificação” sob orientação pró-imperialista. Acabou-se com a tomada de terras pelos camponeses sem-terra. Começaram a retornar as formas here-

ditárias feudais de posse das terras. Os Sada (alegados descendentes do profeta Maomé) recuperaram parte de seus privilégios e terras. E logo agiram para deslocar os remanescentes da RPDY e de seus membros das instituições.

CONCLUSÃO

Cercada de países aliados do imperialismo e ausente uma direção revolucionária presente entre as massas, não havia como a experiência da RPDY se projetar. Com a “unificação”, os organismos de crédito internacionais e os países árabes começaram a trocar apoio financeiro por “reformas estruturais”, visando a apagar todo vestígio da RPDY. Porém, essa experiência inacabada e limitada demonstrou que era possível a um país atrasado e “inculto” dar saltos em seu desenvolvimento social e econômico, ao atacar a propriedade privada e ao assentar as bases da economia estatizada.

É sobre essas bases históricas e contraditórias que se forjaram as tradições revolucionárias do povo iemenita, e que hoje se manifestam na incondicional solidariedade à luta dos palestinos, ainda que deformados pelo fortalecimento do obscurantismo islâmico e das pressões do governo teocrático nacionalista iraniano, principal aliado dos houthis. A luta dos houthis tem suas raízes históricas e são o produto histórico da luta mundial das massas pela destruição da opressão imperialista. Assim, mesmo sem apoiar o programa e a política dos houthis, se deve apoiar incondicionalmente sua guerra contra o imperialismo, e a classe operária deve estar ao seu lado pela derrota militar do sionismo e do imperialismo, em Gaza e no Oriente Médio.

A vitória das massas houthis será um marco histórico para o avanço da luta das massas oprimidas contra o imperialismo. Apoiando essa luta e trabalhando para impedir a vitória do imperialismo é que o próprio proletariado da região e de todo o mundo favorece a derrota de suas burguesias nacionais, abrindo caminho à revolução social. Daí a importância da reconstrução da vanguarda revolucionária e de seu programa mundial que combine a luta pela autodeterminação nacional à luta pelo socialismo. ●

Cerqui: obra histórica de G. Lora está sendo destruída sob a condução do revisionismo oportunista

Há alguns anos, a atual direção do POR boliviano abriu mão de seu papel de direção da organização internacional, o CERQUI, em favor da orientação política da seção brasileira. Assim, o revisionismo que se impôs no Brasil se propaga para as seções boliviana e argentina, que o assimilam acriticamente. Certamente, as sementes lançadas pelo Brasil encontram terreno fértil nas demais organizações, por conta da despolitização das bases e de uma trajetória anterior que já vinha há anos namorando com a negação dos métodos e princípios do socialismo científico. Vamos tomar dois artigos brasileiros reproduzidos pelos argentinos e bolivianos para mostrar como elementos fundamentais do programa da época de G. Lora vão sendo pisoteados e substituídos pelas posições oportunistas típicas do centrismo.

MASSAS 704 (BRASIL) - RETÓRICA BARATA A SERVIÇO DO REVISIONISMO

O editorial reproduzido pelas demais seções começa assim: “A eleição do ultradireitista Javier Milei na Argentina e a retomada da Venezuela de retirar Essequibo do controle da Guiana emergiram como dois conflitos que refletem e impulsionam a crise por que passa a América Latina”. O malabarismo retórico não explica concretamente em quê os eventos na Venezuela e Argentina refletem ou ainda impulsionam as crises ou a crise no continente. A maioria dos governos atuais é da chamada “esquerda” burguesa, nacionalistas. A imprensa burguesa em geral jogou amplamente em favor da eleição de Massa e não de Milei, durante meses. A eleição do extremo-direitista Milei, um governo de antemão condenado a ser de profunda crise, não impulsiona forças em lugar algum. Afirma o texto: “Em particular, na presente situação, o plebiscito realizado pelo governo Nicolás Maduro em favor de recuperar a região de Essequibo,

que historicamente lhe pertencia, trouxe a sombra de uma possível conflagração militar.” A crise ao redor de Essequibo diz respeito à disputa pelas reservas petrolíferas no norte da América do Sul. Em nenhum momento, Maduro esboçou uma ação militar de tomada à força da região. Tudo ali se passa no campo na negociação diplomática, mediada pelo governo Lula. Os EUA deixaram para trás a tentativa de impor o autogoverno de Guaidó, e passaram a pressionar pela realização de eleições auditadas pelas potências. Retomaram a compra de petróleo venezuelano. O governo Maduro não executa exercícios militares significativos na fronteira com a Guiana. Não se encontra sequer a tal da “sombra” de uma “possível conflagração militar”. Como esse conflito ao redor das reservas petrolíferas reflete ou impulsiona a crise no continente, não se sabe. As declarações elaboradas para chamar a atenção não encontram base material. Quando não se toma a base material para explicar os fenômenos e se passa a descrevê-los a partir de impressões subjetivas, se abandona o marxismo.

O texto elabora uma nova teoria sobre os regimes políticos. Trata-se da sua caracterização enquanto “implícitos” ou “explícitos”. Assim: “a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, emitiu um “protocolo para a manutenção da ordem pública”, que proíbe as manifestações. Já está explícita a ditadura de Milei. Um regime de força é a condição para impor as contrarreformas antioperárias e antinacionais.” Logo depois, os argentinos dizem que “uma ditadura não se pode impor por decreto. Precisa derrotar as massas, não eleitoralmente, mas fisicamente.” E depois, passam a afirmar que se trata da “ditadura do capital”. Finalmente, opõem a ditadura dos monopólios à democracia burguesa: “As formas democráticas começam a ser deixadas de lado e a ditadura do capital se mostra mais descarnadamente.”

Os poristas argentinos iniciaram sua trajetória afirmando diretamente que a eleição de Milei configurava uma ditadura civil. Desconhecem que a democracia burguesa pode eleger um governante extremista em suas ideias e declarações, e se manter enquanto regime político. Basta citar dois exemplos: Trump, nos EUA; e Meloni, na Itália. Curiosamente, os dirigentes do Cerqui não caracterizam esses governos como “ditaduras civis”.

Os poristas argentinos iniciaram sua trajetória afirmando diretamente que a eleição de Milei configurava uma ditadura civil. Desconhecem que a democracia burguesa pode eleger um governante extremista em suas ideias e declarações, e se manter enquanto regime político. Basta citar dois exemplos: Trump, nos EUA; e Meloni, na Itália. Curiosamente, os dirigentes do Cerqui não caracterizam esses governos como “ditaduras civis”. Essa ditadura argentina ainda não era uma ditadura, mas precisava ainda se “impôr às massas” – uma ditadura “implícita”. Ao decretar medidas de contenção e repressão aos movimentos sociais, enquanto propunha um pacote de mais de 300 medidas, que incluía a privatização total do país e a desregulamentação total da exploração do trabalho, passou a ser uma ditadura “explícita”. Diante das medidas judiciais que suspenderam a reforma trabalhista e aspectos de outros temas centrais do decreto DNU, a ditadura passou a ser “de classe”, “dos monopólios”, porque... a democracia

burguesa supostamente não seria capaz de realizar tais medidas ditatoriais. A confusão é tamanha, que não se sacam as bandeiras correspondentes às mudanças de caracterização.

Há um total desconhecimento sobre o que significam os conceitos de “ditadura de classe”, que se aplica a TODOS os regimes e governos da burguesia – TODOS capazes de reprimir duramente as massas e impor ataques ditatoriais às massas; de “democracia burguesa”, forma política da ditadura de classe, que é a mais adequada para a burguesia processar suas diferenças entre as frações, e manter o engano e ilusão nas massas de que o governo seria expressão da vontade popular; de “ditadura”, civil ou militar, que é um regime bonapartista erguido pela burguesia para enfrentar suas divisões internas e diante de um levante revolucionário das massas, DESTRUINDO SUAS ORGANIZAÇÕES, e centralizando as frações da burguesia sob os ditames de um governo de uma burocracia civil-militar, supostamente acima das classes mas na verdade a serviço dos exploradores, fechando ou anulando o parlamento e subordinando o judiciário. Quando se confundem essas for-

ao parlamento e à democracia burguesa, quando na verdade a luta pelas necessidades mais sentidas levaria ao choque com o parlamento e judiciários, além do governo Milei, ou seja, choque com a democracia burguesa.

A retórica se usa também para ocultar os fatos, que se opõem frontalmente às determinações subjetivas: “*Na Europa, a guerra na Ucrânia permanece no impasse (na Argentina, traduzido para “ponto morto”). O fracasso da contraofensiva de Zelensky reforçou as posições conquistadas pela Rússia.*” A posição pró-imperialista do Cerqui é conhecida: pelo fim da guerra, retirada das tropas russas e paz sem anexação. Basta somar as três bandeiras para se obter seu conteúdo: derrota militar da Rússia frente à OTAN. Anunciada a contraofensiva ucraniana, torceu por sua vitória, fazendo pouco caso do armamento russo “dos tempos da URSS” (a Rússia tem de fato tecnologia militar de ponta, e é a 2ª força militar do mundo). Aniquilada sua suposição pelos fatos, com o atual avanço das tropas russas na região da Carcóvia e rumo ao Sul do país, esconde-se por trás de mais uma determinação subjetiva: a do “impasse”; e por trás de uma falsificação:

A posição pró-imperialista do Cerqui é conhecida: pelo fim da guerra, retirada das tropas russas e paz sem anexação. Basta somar as três bandeiras para se obter seu conteúdo: derrota militar da Rússia frente à OTAN.

mas de regimes e de governos, abre-se campo para a defesa da democracia burguesa numa conjuntura em que ela não está de fato ameaçada, e se arrasta as massas por detrás de uma fração burguesa supostamente democrática contra outra supostamente ditatorial. Ou seja, se subordinam as reivindicações das massas à defesa da democracia, ainda que mascarada por outras formas. No caso da Argentina, particularmente, é por meio das instituições da democracia burguesa, o judiciário e o parlamento, que o governo Milei está passando suas medidas de ataques às massas e à economia do país. Precisa das direções burocráticas à frente dos sindicatos e centrais para que elas desviam as massas para se submeterem

“contraofensiva de Zelensky”, quando é conhecido por todos o comando militar da OTAN no conflito. Não cabe nas teses revisionistas (de que a Rússia tenha restabelecido pela via da reforma o capitalismo e o estado burguês) a possibilidade de um país, um Estado Operário degenerado, fazer frente militarmente a um conjunto de potências imperialistas. Vai-se longe da realidade, permanecem os delírios idealistas.

Quando o subjetivismo dá um salto olímpico por cima das manifestações de milhões: “*O movimento de massa mundial tende a refluxir com o tempo, uma vez que suas direções não expressam o programa da autodeterminação e os métodos da luta de classes.*” Em uma única frase, uma negação factual e outra do

socialismo científico: 1) As massas têm protagonizado movimentos crescentes na atual conjuntura. Citamos apenas a greve geral na Índia, as lutas das massas na França, a greve geral dos operários das montadoras nos EUA, e os protestos de milhões em favor dos palestinos pelo mundo. Onde existe uma tendência mundial ao refluxo? Apenas na cabeça de quem escreveu o texto. Os movimentos crescentes das massas expressam o agravamento das contradições próprias do capitalismo em sua fase de decomposição, que se manifesta na atual crise econômica mundial. São as contradições objetivas que impulsionam as massas à ação direta e massiva, e não o discurso de suas direções. 2) O crescimento atual das lutas das massas não foi estimulado pelas suas direções, que jamais expressaram o programa da autodeterminação e os métodos da luta de classes. Não é programa das direções que determina o ascenso das massas, mas as contradições objetivas, como dito acima. E o refluxo PODE ocorrer por conta da traição das direções, mas PODE ocorrer também por conta do cansaço, do esgotamento do movimento. O caráter DECISIVO das direções está em que o movimento radicalizado e multitudinário das massas se funda com o programa revolucionário, que é expressão teórica das tendências instintivas revolucionárias do proletariado, como mostrava G. Lora, apontando a perspectiva da tomada do poder.

MASSAS 705 - UM SALTO NO REVISIONISMO

A capa do jornal 705 brasileiro consegue expressar em 3 bandeiras o revisionismo oportunista:

- 1) Quando se refere aos 32 anos do fim da URSS: “*Retomar o caminho das revoluções proletárias*”. Essa formulação ampla serve para não expressar clara e precisamente a real posição defendida pelo revisionismo, que é a negação e a rejeição do programa da revolução política na Rússia e a defesa da revolução SOCIAL para o país. Ou seja, para eles, pouco importa a nacionalização dominante da economia, conquista da revolução proletária, social, de 1917. Para eles, pouco importa se o imperialismo colocar abaixo o Estado Operário degenerado (expropriação do proletariado pela burocracia

contrarrevolucionária), e ali impuser um regime de ditadura de classe da burguesia. Para eles, o que vale é a defesa de que nada será possível até que o proletariado organizado e mobilizado ao redor de seu programa e assim, num futuro longínquo, realize os milagres necessários. Colocar a revolução como algo muito, muito distante, não é criação deles. É cópia do que já fez o estalinismo.

2) Quando se coloca sobre as guerras na Ucrânia e em Gaza: “*Combater com a política do proletariado as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza*”. Quando diz que combate as guerras enquanto tal, já assume uma posição pacifista pequeno burguesa. As massas da Rússia de 1917 queriam a paz para acabar com o saque sobre o que produziam e a morte de seus filhos, usados de bucha de canhão pelas potências imperialistas. Os bolcheviques conseguiram transformar a guerra interimperialista em guerra contra a burguesia nacional. E puseram fim à guerra no 1º momento de governo, atendendo à reivindicação das massas. Os porristas afirmam defender a “política do proletariado” nas guerras na Ucrânia e na Palestina. Mas estão ao lado da OTAN pela derrota militar da Rússia na Ucrânia, e pela paz na Faixa de Gaza, em resposta ao genocídio promovido pelo sionismo e pelo imperialismo na Palestina. A “política do proletariado” é usada como máscara para encobrir que ora estão ao lado do imperialismo, ora contra. O proletariado é mundial, e combate o imperialismo em todas as frentes que se apresentem, não importa o caráter do governo de um país oprimido ou de um estado operário degenerado, sem abrir mão da independência de classe política e organizativa, em relação a qualquer um deles. Isso é leninismo, preservado e passado adiante por Trotsky e G. Lora, e negado por seus sucessores no POR e no Cerqui.

3) Quando se coloca não mais como oposição revolucionária ao governo, mas apresentando a tarefa de organizá-la: “*Organizar a Oposição Revolucionária sobre a base do programa próprio dos explorados*” – elemento que se liga ao seu editorial, com o

A unidade das correntes de esquerda é uma bandeira própria do centrismo morenista (do pensamento de Nahuel Moreno, da Argentina), principalmente. Seu fundamento é a tese revisionista de que o caminho para a revolução proletária estaria bloqueado historicamente, e que a tarefa colocada seria constituir “governos dos trabalhadores”, eleitos por dentro da democracia burguesa, através da formação de “frentes classistas”, que poderiam assumir a forma de frentes de esquerda nas eleições.

elemento mais grave, intitulado: “*A crise mundial exige unidade antiimperialista das correntes de esquerda*”. A crise mundial leva a burguesia a descarregar o peso da crise sobre as massas em toda parte. Isso exige a unidade DAS MASSAS para enfrentar a burguesia e seus governos em toda parte. E não apenas a unidade “das correntes de esquerda”. Note-se que as correntes de esquerda em geral não estão à frente das principais organizações das massas, que deveriam ser colocadas em marcha para combater os ataques dos capitalistas e seus governos.

A unidade das correntes de esquerda é uma bandeira própria do centrismo morenista (do pensamento de Nahuel Moreno, da Argentina), principalmente. Seu fundamento é a tese revisionista de que o caminho para a revolução proletária estaria bloqueado historicamente, e que a tarefa colocada seria constituir “governos dos trabalhadores”, eleitos por dentro da democracia burguesa, através da formação de “frentes classistas”, que poderiam assumir a forma de frentes de esquerda nas eleições. Essa tese assume a forma de combater a burguesia “nas ruas e nas urnas”, misturando água e óleo. As eleições são o campo próprio da política burguesa, assim como o cretinismo parlamentar e a judicialização. Ao contrário do que afirma o morenismo,

as massas podem se defender dos ataques da burguesia e avançar para a tomada do poder de forma revolucionária, unindo-se a partir da coesão na luta ao redor de suas reivindicações mais sentidas, organizando-se com independência de classe e usando os métodos próprios da luta de classes. A frente única sindical e a frente única anti-imperialista são formas de desenvolver essa luta, desde que organizadas sob a política e direção do proletariado. A política de frente de esquerda é o avesso da revolucionária, e agora uma variante dela, a da UNIDADE DAS CORRENTES DE ESQUERDA, passou a ser empunhada pelos herdeiros de G. Lora, contrariando-o pelo vértice.

É notável que o POR argentino tenha assimilado a formulação brasileira da unidade das correntes de esquerda. Isto porque foi na Argentina que se constituiu a política morenista da frente de esquerda, tão combatida pelo POR dos tempos de G. Lora, luta essa assimilada como parte do programa. O revisionismo se impõe sem resistências no Cerqui.

O texto retoma a tese defendida pelos revisionistas no XVI Congresso do POR brasileiro, a de que “o fim da URSS foi a *vitória final do imperialismo* sobre as mais avançadas conquistas do proletariado mundial”. Diz assim: “*As contrarrevoluções se impuseram levando à destruição da URSS, a mais avançada cidadela da revolução mundial. Arrastou a China para a restauração capitalista. O acontecimento histórico mais surpreendente se estampa na elevação da China a uma potência econômica que passou a encarnar a contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, e a expressar o esgotamento da partilha do mundo realizada durante e após a Segunda Guerra Mundial.*” Não vamos retomar o debate sobre a caracterização da vitória final do imperialismo, que consta no jornal *O Internacionalista* nº 01. Mas sua reafirmação, sob outra forma, serve agora para levar o revisionismo à caracterização da China como potência imperialista, com um estado burguês. Não se pode tirar outra conclusão da afirmação de que passou a expressar “*o esgotamento da partilha do mundo realizada durante e após a Segunda Guerra Mundial*”. Partilha do mundo é obra das potências imperialistas, a

que a então URSS se submeteu. A China nem existia como “República Popular” no fim da 2ª Guerra Mundial. Se hoje ela é parte do esgotamento da partilha, como leninistas só podemos concluir que é uma potência imperialista. A China jamais alcançou o socialismo, que só poderá se implantar como modo de produção mundial, a partir da propriedade social (de todos e de ninguém ao mesmo tempo). Nos países em que ocorreu a revolução proletária, o Estado Operário tornou a economia em estatal (de propriedade do Estado), não eliminou a propriedade privada, e iniciou a

A direção do Cerqui, por conta do seu revisionismo negacionista, não consegue ver o papel da China em uma conjuntura mundial marcada pela guerra comercial e avanço do militarismo em função do choque entre as economias das potências imperialistas em declínio com as de economia nacionalizada, em ascensão.

transição para o socialismo. Os ramos chave da economia chinesa, produção, agricultura e bancos, estão sob controle estatal até hoje. Uma burocracia contrarrevolucionária expropriou o poder das massas. Mas a China cresceu por conta de tirar da equação econômica a anarquia capitalista da produção e a concorrência, implantando o planejamento da economia. Aproveitou-se da redução da capacidade produtiva das potências, que mergulham cada vez mais no parasitismo financeiro como meio artificial de valorização de capital (ainda que toda riqueza que alcancem se extraia em última instância da exploração de mais valia), em substituição à produção assentada na exploração de trabalho assalariado, como previu Lênin em relação à Inglaterra (o que já se concretizou – virou uma economia de cortadores de cupons, de parasitismo financeiro). Apoiou-se na necessidade dos monopólios de exportar seus capitais para países em que a exploração do trabalho fosse menos custosa, para desenvolver sua indústria e tecnologias, que foram mantidas sob controle

estatal. Trotsky previu a possibilidade de que os países em que houve a revolução crescessem e superassem as potências imperialistas, APESAR da condução da burocracia (ver *O Internacionalista* nº 08). A China já alcançou esse estágio, possui liderança em 37 dos 44 ramos de tecnologia mais avançados do mundo, produz um terço de todas as mercadorias mundiais (na indústria e na agricultura), tem os maiores bancos, estatais. A direção do Cerqui, por conta do seu revisionismo negacionista, não consegue ver o papel da China em uma conjuntura mundial marcada pela guerra comercial e avanço do militarismo, em função do choque entre as economias das potências imperialistas em declínio com as de economia nacionalizada, em ascensão. É a compreensão do que são as economias chinesa e russa, e o papel do Estado Operário degenerado, sob controle de burocracias que visam apenas a preservar a base material de seu poder e seus ganhos, que permite entender e agir com uma política de classe diante dos acontecimentos em todo o mundo, e não a partir de considerações sociológicas subjetivistas – tais como “centro-direita”, etc. E não negar os fatos a partir de malabarismos retóricos, como em: “Esteve colocada a possibilidade de os Estados Unidos empurrarem a União Europeia à guerra com a Rússia, uma vez que a Ucrânia é um pião em disputa.” Somente a direção do Cerqui supõe que a guerra na Ucrânia ainda não tem os EUA e a Europa, sob a capa da OTAN, enfrentando militarmente a Rússia. Os russos acabam de dizimar um batalhão de 300 mercenários franceses na Ucrânia, agindo sem comando ucraniano.

O revisionismo assumido na Ucrânia afinal tem uma ligação com o que se passa no Oriente Médio. Note-se como se culpam os houthis por uma suposta ação militar dos EUA na região, a qual de fato já acontece, sustentando materialmente Israel, atacando Síria, Irã e Líbano: “Os ataques dos houthis iemenitas aos navios que servem aos interesses do imperialismo no Mar Vermelho vêm servindo de motivo para os Estados Unidos ameaçarem uma intervenção no Iêmen.” A verdade é que os houthis atacam navios de diversas nacionalidades, que levam ou trazem mercadorias de Israel, e condicionam o

fim dos ataques ao fim do genocídio na Faixa de Gaza. Eles não “dão motivo” para nada. Os EUA apoiam o governo do Iêmen, contra os rebeldes houthis, desde sempre. A recusa dos revisionistas do Cerqui em se colocar claramente ao lado dos houthis contra o imperialismo, sem apoiar sua política, repete o erro cometido na Ucrânia.

Um partido revolucionário se constrói diante da ausência de outro que cumpra esse papel. Isso é Lenin. Os outros partidos que se proclamam dos trabalhadores ou de esquerda negam a política e o programa revolucionário em sua prática cotidiana. Foram penetrados pelas pressões da política burguesa, e se adaptaram a elas. Um partido que deixou de ser revolucionário não se transformará de novo em um. Perdeu a ligação com o proletariado e abraçou a ligação com a pequena burguesia e a burguesia. O partido revolucionário pode ser obrigado a agir em frentes com essas organizações, por conta de necessidades de impulsionar a luta de classes ou combater o controle burocrático de uma organização de massas. Mas não pinta o demônio de anjo. Por isso, não considera a possibilidade de transformá-los novamente em revolucionários. Isso não exclui a possibilidade de militantes desses partidos romperem autocriticamente com o programa deles e abraçarem o revolucionário. Essa é uma tarefa que o partido revolucionário tem a cumprir. Mas não se substitui a necessidade de construir o partido revolucionário por frentes com as correntes de esquerda que negam a estratégia da revolução e ditadura proletárias em sua prática. Por isso, é um salto no revisionismo desenvolvido até aqui pela direção do Cerqui, a posição apresentada em seus jornais: “A responsabilidade das correntes de esquerda que se reivindicam do socialismo está posta à luz do dia. Têm de romper sua adaptação ao capitalismo e à democracia burguesa. A crise mundial exige uma poderosa unidade anti-imperialista sobre a base da luta de classe e da defesa da estratégia revolucionária do proletariado.” O partido revolucionário não convoca os partidos revisionistas e reformistas a deixarem de ser o que são; convoca as massas à unidade na luta pelas suas reivindicações. ●

As massas devem derrotar seus opressores com seus próprios métodos, os da luta de classes



Passou uma semana desde que a Corte Internacional da Justiça (IJC) resolveu aceitar como “plausível” a acusação de genocídio contra Israel apresentada pela África do Sul, que exige do estado sionista que “pare” com o genocídio, “acabe” com a incitação política contra palestinos e “garanta” acesso e ajuda humanitária a Gaza. Mas, não “determinou” o cessar-fogo e retirada das forças de ocupação em Gaza e Cisjordânia. Ficou em evidência que a IJC é um instrumento do imperialismo que, apesar da declaração, não fará e exigirá dos governos nada para impedir de fato o genocídio dos palestinos.

A farsa da Corte não se contrapõe às decisões políticas e práticas dos governos aliados ao sionismo, de continuar a defender o “direito de Israel à autodefesa”, o que na prática significa continuar a armá-lo e provê-lo de recursos (militares e financeiros, via acordos comerciais), para continuar seu genocídio. Não por acaso é que, logo após publicada a “resolução”, Israel acusou agentes da Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA), dependente da ONU, de colaborar com o Hamas nos ataques de 7/10/2023. Rapidamente, a coalizão de países imperialistas que apoiam o sionismo apoiou tais acusações (sem que

A IJC, portanto, poderá aprovar um monte de resoluções, mas nada mudará o chamado “direito do sionismo de responder” e continuar com a colonização da Palestina, a limpeza étnica, o apartheid e o genocídio em Gaza e Cisjordânia. Netanyahu já disse qual a “solução final” do Estado de Israel para “problema palestino”: impedir a existência de um Estado Palestino e realizar a posse colonial de suas terras e recursos, em benefício da burguesia sionista.

existá prova disso), e suspenderam o financiamento à UNRWA. Essa decisão combina-se com os bloqueios de rodovias por sionistas em Israel, que impedem a entrada da ajuda humanitária em Gaza. O que resultará em mais mortes e fome generalizada da população. Os imperialistas e os sionistas promovem o genocídio aos olhos de todos.

A ONU também tem publicado inúmeras “resoluções”, a exemplo da solução dos dois estados. Os EUA patrocinaram, e Israel e a OLP assinaram, nos Acordos de Oslo, medidas tendentes a impor essa resolução. Mas, o imperia-

lismo e Israel apagaram com as armas o que assinaram com a caneta. A IJC, portanto, poderá aprovar um monte de resoluções, mas nada mudará o chamado “direito do sionismo de responder” e continuar com a colonização da Palestina, a limpeza étnica, o apartheid e o genocídio em Gaza e Cisjordânia. Netanyahu já disse qual a “solução final” do Estado de Israel para “problema palestino”: impedir a existência de um Estado Palestino e realizar a posse colonial de suas terras e recursos, em benefício da burguesia sionista. Esse é o conteúdo dos mais de 76 anos de existência do sionismo como enclave do imperialismo na região.

A resolução da IJC, entretanto, servirá para criar ilusões entre as direções políticas, reformistas e centristas, de que é necessário pressionar para que a “derrota moral” se torne em condenação jurídica. Essas ilusões servirão, em última instância, para a burguesia e os governos desviarem os movimentos de massas que se projetam por todo o mundo para a via morta dos processos jurídicos e pressões institucionais. Uma resolução pacífica e institucional da “guerra” na Palestina acabará em uma solução imposta nos termos ditados pelo imperialismo e seu vassalo sionista, como já demonstraram a impossibilidade de efetivar os dois Estado e os acordos de Oslo. Os palestinos

e suas organizações políticas (que sabem pela experiência o quanto vale a palavra dos opressores e as resoluções das organizações que eles manejam à vontade) devem dar as costas aos que falam de “derrota moral”, quando bem sabem que a luta de morte que empreenderam há mais de 76 anos pela sua autodeterminação somente poderá vir da derrota do sionismo, e do fim do estado genocida que serve ao imperialismo como opressor dos povos.

Os ataques das milícias xiitas e Hezbollah às posições sionistas e norte-americanas no Oriente Médio (que causaram mais de 35 mortos entre soldados norte-americanos) são embriões da guerra que vem abrindo caminho entre os oprimidos contra os opressores. Também são parte dessa guerra contra os opressores, as ações militares dos houthis contra comércio e transporte de mercadorias e armas imperialistas e sionistas. Decidiram atacar porque sabem que a derrota que importa não é moral, e sim a física e militar, as que determinam os avanços na luta pela libertação das nações e povos oprimidos contra a opressão do imperialismo e seus vassalos de ocasião. Sem desconhecer as ligações e apoio dos governos nacionalistas a esses ataques, não se deve obscurecer que seu conteúdo reside nas profundas tendências anti-imperialistas das massas oprimidas, ainda que deformadas pela política nacionalista islâmica.

Esse mesmo instinto de revolta anti-imperialista está presentes nas greves, bloqueios de portos e aeroportos, de rodovias e ocupação de empresas militares que se realizaram na Bélgica, Espanha, França e Inglaterra, por

setores da classe operária, cujo conteúdo é instintivamente revolucionário, por se opor aos governos, aos métodos institucionais e à violência contrarrevolucionária da burguesia.

É dessa contradição objetiva que surgem as bandeiras de combater ao lado dos oprimidos, sem compactuar, nem apoiar com a política e programa de suas atuais direções. Ou se está com as massas, que instintivamente expressam suas tendências revolucionárias surgidas da situação objetiva, ajudando-as a elevar sua consciência coletiva das tarefas históricas da revolução, combatendo ao lado delas, ou se está do lado da burguesia mundial, do imperialismo. A chave da vitória está nas mãos da classe operária mundial. É com os métodos da luta de classes (greves, ocupações de fábricas, bloqueio de portos, fechamento de rodovias pelas que passam os apetrechos bélicos, destruição de armas nas fábricas, ocupações das fábricas de armamentos, boicote aos interesses comerciais do sionismo e imperialismo, etc.) que o proletariado ajudará os palestinos e houthis a derrotarem seus inimigos, e enfraquecer sua burguesia criando uma via para a luta pela sua derrubada.

A tarefa mais imediata da vanguarda é a de ajudar os explorados a romper com o véu democratizante e as ilusões democráticas que servem à burguesia. A luta pelas reivindicações mais sentidas e pela derrubada das contrarreformas é parte integrante dessa luta dos oprimidos mundiais contra a opressão imperialista. A cumplicidade das direções políticas e sindicais com a defesa dos métodos institucionais e jurídicos deve ser denunciada e combatida

A chave da vitória está em mãos da classe operária mundial. É com os métodos da luta de classes (greves, ocupações de fábricas, bloqueio de portos, fechamento de rodovias pelas que passam os apetrechos bélicos, destruição de armas nas fábricas, ocupações das fábricas de armamentos, boicote aos interesses comerciais do sionismo e imperialismo etc.) que o proletariado ajudará aos palestinos e houthis a derrotarem seus inimigos, e enfraquecer sua burguesia criando uma via para a luta pela sua derrubada.

abertamente, por servir à burguesia em seus ataques contra as massas, e desviá-las da luta de classes pela sua emancipação.

É em meio dessa luta em cada país que se forjará a direção revolucionária, que saberá como se apoiar nas tendências mais profundas da luta das massas, e desenvolvendo o programa e estratégia da ditadura e revolução proletárias, construir a direção revolucionária dos movimentos e sua independência política e organizativa da burguesia, assim como em relação aos partidos nacionalistas e reformistas de todo tipo. ●

Guillermo Lora e a Rússia
EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA

*e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista*

NOSSOS FOLHETOS
Choques entre Estados
IMPERIALISTAS
e OPERÁRIOS
Novembro de 2023

Adquira com nossos militantes!

**Pontos para uma
Resolução
Internacional**
Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022



Pela derrota militar da coalizão imperialista no Iêmen!

Manifesto PPRI - 17 de janeiro de 2024

 Na sexta-feira (12 de janeiro), EUA e Inglaterra deflagraram uma ofensiva com maciços ataques, com mísseis e bombardeios, contra objetivos militares do movimento Ansar Alá, os houthis, no Iêmen.

Contando com apoio dos governos e das forças armadas dos Países Baixos, Canadá, Austrália e Bahrein, a coalizão imperialista dos EUA e Reino Unido justificou seus ataques, afirmando que os houthis são uma organização terrorista, aliada do Irã, cujos ataques a navios no Mar Vermelho constituem um “perigo à liberdade de navegação”, e afetam uma rota marítima responsável por 20% do comércio mundial. De forma que, enquanto os houthis não recuarem e pararem seus ataques, o imperialismo continuará a bombardear esse setor da nação oprimida. Os porta-vozes da burguesia mundial repetiram essa justificativa, para não condenar um ataque que ignorou a ONU, e

que pretende trucidar um país oprimido.

Apesar de todo o poderio militar norte-americano e de uma chuva de avançados mísseis e bombas de grande poder destrutivo, os portavozes imperialistas reconheceram que ainda ficou em pé 70% (ou mais) das capacidades militares dos houthis. Não por acaso, dos dias depois dos ataques, o movimento islâmico nacionalista atacou e incendiou um navio comercial norte-americano. Os EUA estão em meio à dificuldade de aprofundar uma guerra em que a vantagem circunstancial está com os houthis: grande parte de seu armamento está montado sobre estruturas de transporte móveis. Alvejar esses equipamentos requer realizar ataques massivos e contínuos, ou seja, investir milhões de dólares para destruir alguns equipamentos que não chegam às centenas de milhares de dólares; e que, também, contam a seu favor com a possibilidade de um levante massivo das massas e milí-

cias nacionalistas islâmicas por todo Oriente Médio; e também a intervenção do Irã no conflito - que já atacou bases estadunidenses ou pró-imperialistas na Síria, Iraque e Paquistão.

No dia 16/01/2024, se noticiou um ataque iraniano com dezenas de mísseis de cruzeiro, contra as posições de milícias pró-imperialistas no Iraque, alvejando e destruindo no ataque um local do Mossad (Agência de inteligência de Israel), no centro da capital Bagdá. Surpreendeu o fato de os iranianos terem tal capacidade militar sem temer que seus mísseis fossem abatidos. Por sua parte, o Irã justificou os ataques como resposta aos terroristas que organizaram um atentado a bomba no cemitério onde se celebrava um tributo ao general da Guarda Revolucionária, Soleiman, assassinado em um ataque de drone norte-americano no Iraque, em 2021.

A declaração de “guerra” dos houthis contra a coalizão imperialista indica que novos embates virão, desta

vez se estendendo para todo Oriente Médio. Os houthis já demonstraram serem capazes de resistir a uma invasão e a uma ofensiva militar de uma coalizão de países árabes. Não será com dezenas de bombas e mísseis que se modificará sua firme decisão de ajudar a luta palestina com todas as suas forças. E piora o quadro para o imperialismo, quando se observa que diante da campanha bélica contra o Iêmen, no momento em que as massas árabes na Jordânia, na Turquia, no Líbano e até no Iraque, e em países da África, começam a se mobilizar e bloquear vias de transporte e portos em solidariedade aos palestinos, longe de equacionar as tendências de luta das massas, as projetarão para a frente. São esses os sinais de um conflito bélico em larga escala e cuja particularidade é a de despertar uma crescente intervenção instintiva e radicalizada das massas árabes em luta contra a opressão e a ofensiva bélica do sionismo e do imperialismo.



O ataque imperialista e a declaração de guerra dos houthis constituem episódios da luta travada entre oprimidos e opressores, que agora se projeta desde Gaza para o restante do Oriente Médio.

Apesar da fraqueza e pequeno poder militar (se comparada com o imperialismo), os houthis têm afetado duramente o comércio e o mercado mundiais. Desde que o movimento iemenita começou seu “bloqueio” no Mar Vermelho, pelo menos uma dezena de barcos foram atingidos ou sequestrados. No começo, o alvo do movimento eram os transportes associados a Israel ou a propriedade de sionistas. Os houthis consideram esses ataques como um dever para com os palestinos e uma medida de “guerra” para os ajudar ativamente e o Hamas, em seu objetivo de frear a ofensiva sionista e infringir uma derrota militar e estratégica a Israel em Gaza.

O ataque imperialista e a declaração de guerra dos houthis constituem episódios da luta travada entre oprimidos e opressores, que



agora se projeta desde Gaza para o restante do Oriente Médio. Essa compreensão é fundamental à vanguarda, para estabelecer uma clara posição de princípio e tática. O imperialismo tem a seu favor a paralisia e a subserviência de governos árabes aos ditames norte-americanos. Apesar de não concordarem em fazer parte da coalizão contra os houthis, as feudais-burguesias monárquicas árabes estão mais preocupadas em manter seus privilégios e acordos com o imperialismo, e acatar as pressões das burocracias russa e chinesa no sentido de não ir à guerra, ainda que seja à custa do sofrimento e do massacre dos palestinos, sírios e iemenitas. No Egito, Jordânia e Arábia Saudita, por exemplo, houve protestos massivos, e a população se manifestou abertamente a favor dos palestinos. Se se projetar o conflito regional, arrastando mais oprimidos à luta de classe e ao combate contra a agressão imperialista, inevitavelmente os governos poderão se deslocar para a posição de alvos da revolta das massas.

A decisão dos houthis de fazerem sacrifícios para ajudar a luta dos palesti-

nos, pela sua libertação e pela derrota do sionismo, é uma amostra, melhor que milhares de palavras, do instinto e da solidariedade internacionalistas dos oprimidos contra os verdugos e opressores de povos. Não apenas se choca com a prositração dos governos árabes da região, como também deixa às claras a política contrarrevolucionária das burocracias chinesa e russa, que tudo fazem para evitar que seus aliados (Irã e Síria) intervenham militarmente no conflito. Procuram, deste modo, contrapor-se às pressões bélicas do imperialismo, na tentativa de que não avance sobre suas fronteiras. Temem, todavia, que uma revolta das massas árabes deflagre uma guerra que acabe empurrando-a a se chocar com o imperialismo e, com mais e mais guerras, ameace as bases econômicas (a propriedade estatizada) de sua fonte de ganhos e privilégios.

É preciso erguer um programa, definir os métodos e estabelecer as alianças que impulsionem a luta de classes contra os governos burgueses e a opressão imperialista. Fundamentalmente, trata-se de defender incondicionalmente a

derrota do imperialismo e o apoio incondicional aos houthis, em seu objetivo de sangrar e derrotar o imperialismo e o sionismo. E, nos países capitalistas, traduzir essa defesa principista em atos concretos, como greves, ocupações de fábricas de armas e bloqueio de portos e aeroportos. Todo método que enfraqueça a maquinaria bélica e economias imperialistas deve ser imediatamente assumido e colocado em prática pelo proletariado mundial.

As tendências instintivamente revolucionárias das massas surgem por toda parte. Em qualquer conflito em que entram em choque as massas oprimidas e o imperialismo, e em qualquer guerra em que se chocam os países e povos oprimidos contra seus opressores, é dever da vanguarda e do proletariado se colocarem ao lado dos oprimidos e de suas organizações, pela derrota militar e política de seus opressores, sem nunca se subordinar à sua política e programa. Assim se abrirá uma via à penetração do programa da vanguarda com consciência de classe em defesa da estratégia proletária no seio das massas em luta, ajudando a dar passos objetivos na luta do proletariado pela revolução socialista.

Unificar as massas árabes em luta contra o imperialismo e seus vassalos sionistas e feudal-burguesia árabe subordinada aos EUA! Defesa incondicional dos palestinos e houthis! Impulsionar a luta de classes em cada país, paralisando a economia e a maquinaria bélica imperialista! Assim o proletariado poderá avançar a luta de classes contra os verdugos e assassinos de povos e nações! ●

| ÁFRICA DO SUL ACUSA ISRAEL DE GENOCÍDIO ANTE A CIJ

As massas não devem se deixar enganar pela política da diplomacia burguesa, mas desenvolver a luta de classes para frear e derrotar o genocídio em Gaza

 Em 29 de dezembro de 2023, a África do Sul apresentou perante a Corte International de Justiça (ICJ, responsável pelas disputas entre Estados) de Haya, uma denúncia por genocídio contra o Estado de Israel. Em janeiro deste ano, realizaram-se as primeiras apresentações da acusação e defesa.

A África do Sul e Israel são membros plenos da Convenção para a Prevenção e Sanção do Delito de Genocídio, aprovada em 1948, que obriga os países assinantes a prevenir e penalizar o crime de genocídio, a exemplo do Holocausto. Segundo a acusação, os “atos e omissões” do Estado de Israel na ofensiva militar em Gaza “são de caráter genocida”, por objetivar “destruir os palestinos em Gaza, como grupo nacional, racial e étnico”. E exigeu à Corte que decida impor a Israel a suspensão das operações militares, e que se garantisse a imediata ajuda humanitária em Gaza sob o guarda-chuva da ONU.

É de muita relevância que um país que sofreu de um violento apartheid racial e de brutal opressão colonial, semelhante em seus métodos e fundamentos ideológicos ao colonialismo e apartheid sionista na Palestina, apresente uma denúncia dessa natureza e com esse conteúdo. Essa analogia entre sionismo e apartheid sul-africano foi utilizada por Cyril Ramaphosa, presidente sul-africano, para defender o processo contra Israel, apoiado pela Turquia, a Liga Árabe e o governo do Brasil, dentre outros.

Dias após apresentada a acusação, Benjamin Netanyahu afirmou que é objetivo de Israel impedir a existência de um Estado Palestino. Disse ainda que, se for necessário, promoveria o deslocamento forçado dos palestinos para garantir a “segurança” do estado de Israel. A experiência destes mais de 100 dias de genocídio demonstra que esse “plano” significaria a destruição de Gaza, a carnificina de civis e, finalmente, a posse das terras. Bastaria com essa declaração para que qualquer juiz

decidisse pela condenação. Há ainda milhares de provas materiais em mais de 76 anos de colonização sionista.

Em 26 de janeiro, a IJC considerou “plausível” a alegação da África do Sul. Segundo a resolução da Corte, “alguns” atos de Israel se “enquadram” na Convenção sobre Genocídio. E “ordena” a Israel que: 1) garanta que suas forças armadas “não cometam” genocídio; 2) pare com os ataques a civis; 3) pare com a incitação à população israelense contra os palestinos; 4) garanta acesso de ajuda humanitária em Gaza; 5) preserve evidências materiais para serem julgadas oportunamente; 6) se libertem todos os reféns detidos pelo Hamas em Gaza.

A decisão não exige um imediato cessar-fogo e retirada das forças armadas sionistas de Gaza. E apenas considera “plausível” que Israel tenha cometido genocídio, quando abundam as provas que o demonstram. A “ordem” dada aos genocidas para que acabem com o genocídio por questões morais, sem qualquer imposição prática de bloqueio ou sem forçar Israel a fazê-lo, é pura hipocrisia. A decisão da Corte não tem qualquer efeito prático e imediato. Não passa de uma declaração sem qualquer efeito. Israel desconheceu a “resolução”, e o imperialismo continua a apoiá-lo no genocídio.

Apesar disso, organizações consideraram que seria uma “derrota moral” do sionismo. Ora, o mais provável que aconteça com o “processo” mais à frente é que fique “indefinido” de resolução jurídica, ou ainda que as divisões no interior do Tribunal (vários juízes são de países imperialistas, e tem um sionista) levem a arquivá-lo por falta de consensos ou “tecnicismos jurídicos” usados para esse objetivo.

Assim como a ONU, a IJC não fará nada para condicionar Israel ou interferir nos objetivos do imperialismo. Ainda que se dê o caso de uma resolução favorável à acusação, não mudará em nada a política sionista e imperialista. As massas palestinas nada têm a celebrar pela suposta “derrota moral” de Israel. O que interessa a elas é a der-

rota militar de seu opressor e genocida. Se as massas palestinas, houthis e mundiais não impuserem uma derrota ao sionismo e seu amo imperialista, com greves, bloqueios, paralisação de fábricas e portos, choques armados etc., continuará o genocídio, a limpeza étnica e a expulsão dos palestinos de suas terras ancestrais. E as vias institucionais burguesas são um desvio desse objetivo. Mas, podem servir à burguesia e às direções reformistas, nacionalistas e pacifistas para desviar os movimentos que se projetam massiva e radicalmente contra o genocídio, por trás da ilusão da justiça e das pressões diplomáticas. No Brasil, a decisão do governo Lula/Alckmin, de apoiar a acusação sul-africana, levará as organizações dirigidas pelas burocracias sindicais e populares governistas a tentar subordinar os movimentos às manobras diplomáticas do governo, e que cinicamente mantém seus acordos com o sionismo, e se nega a romper relações diplomáticas com ele.

Qualquer medida jurídica, institucional ou governamental que impeça as massas de evoluírem e avançarem nos métodos da luta de classes, servirá, em última instância, ao sionismo e ao imperialismo. Portanto, devem ser rejeitadas e seus defensores denunciados como seus cúmplices - ainda que involuntários. A defesa incondicional dos palestinos é parte da luta de classes, e separa explorados de exploradores. Eis porque é com a solidariedade ativa e com os métodos internacionalistas do proletariado (greves, ocupações de fábricas, bloqueios, etc.) que se ajudará os palestinos a vencerem a seus opressores, paralisando a maquinaria bélica do sionismo e do imperialismo.

Esse é o programa a ser defendido pelos movimentos, visando a trabalhar no seio dos sindicatos e convocar a classe operária a paralisar as atividades e empresas ligadas a Israel, e boicotar, ativamente, todas suas atividades econômicas, sociais e políticas que desenvolvem em nosso país. 

BALANÇO DA GREVE GERAL DE 24/01

A greve geral de 24 horas na Argentina foi um duro golpe político contra o governo. Milhões de pessoas em todo o país, e centenas de milhares dos sindicatos e movimentos populares (movimentos feministas, Madres de Plaza de Mayo, movimentos estudantis, organizações de desempregados, pequenos comerciantes, juventude oprimida etc.) ocuparam as ruas da capital, Buenos Aires, bloqueando avenidas e bloqueando ruas e rodovias. A greve geral aconteceu após 45 dias de posse do governo ultradireitista e fascitizante de Javier Milei. A massividade e a nacionalização da greve refletem profundas tendências presentes entre as massas, de se recusarem a ter de arcar com a destruição de empregos, a terceirização, o rebaixamento dos salários e com a destruição do poder de compra dos salários por conta da escalada inflacionária (aumento de mais de 200% dos preços de alimentos e tarifas de transporte, mais de 100% em medicamentos e em serviços), a mais elevada na história do país. Manifestações em apoio à greve se replicaram em Bélgica, Brasil, Chile, Espanha, França, Itália, Portugal, Uruguai e dezenas de países.

Sob as palavras de ordem gerais de “A pátria não se vende”, “Não ao ajuste” e “Não à Reforma trabalhista”, as massas demonstraram sua força coletiva e sua disposição para combater o DNU 70/2023 e o megaprojeto de Lei “Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, do governo direitista. Consignas que se orientam contra o projeto de Reforma Trabalhista, as privatizações das estatais, os ataques às liberdades democráticas (restrição do direito de greve e de manifestação, punição e cárcere aos grevistas etc.) e a submissão da nação oprimida aos ditames do capital financeiro.

BUROCRACIAS SUBORDINAM A GREVE ÀS MANOBRA DA OPOSIÇÃO PERONISTA NO CONGRESSO

As direções sindicais burocratizadas foram obrigadas a dar vazão às tendências de revolta das bases operárias e populares, para assim poder con-



trolá-las e desviá-las da luta de classes. Foi com esse objetivo que a Confederação Geral do Trabalho - CGT (a maior central sindical do país), a Central Dos Trabalhadores Argentinos - CTA e a Associação dos Trabalhadores do Estado - ATE, se colocaram à cabeça das manifestações e da greve geral. A presença de deputados, do governador de Buenos Aires, Axel Kicillof, e de prefeitos peronistas nas manifestações na capital, indicou quanto as burocracias procuraram utilizar de seu controle ditatorial sobre os sindicatos para submetê-los à agenda legislativa do partido peronista e aliados que visam a impor modificações às leis apresentadas por Milei - e não a derrubá-las.

Montar o cenário na frente do Congresso assim como a presença nele da maioria dos dirigentes e dirigentes do peronismo foi um claro sinal de que a greve geral não se orientaria pela derrubada das malditas leis. Mas, a exigir dos deputados e senadores “atender o reclamo popular” e impedir que se retirem “direitos conquistados”. Eis porque o documento conjunto das centrais exigia aos legisladores que “devem se fortalecer com esta massiva mobilização, para defender com seu voto a divisão de poderes e a Constituição”. “Um peronista não pode votar contra os trabalhadores, os aposentados e a soberania nacional”, afirmou um dos líderes da CGT, Pablo Moyano. Rodolfo Daer,

Montar o cenário na frente do Congresso assim como a presença nele da maioria dos dirigentes e dirigentes do peronismo foi um claro sinal de que a greve geral não se orientaria pela derrubada das malditas leis. Mas, a exigir dos deputados e senadores “atender o reclamo popular” e impedir que se retirem “direitos conquistados”.

secretário geral da CGT, convocava à oposição da UCR a lembrar suas raízes democráticas e populares, objetivando que não acompanhasssem a aprovação do projeto do governo e de seus aliados, e se apoiasssem na bancada peronista para impor mudanças “progressivas” às leis que deem conta dos interesses dos assalariados.

Essa relação (histórica e política), entre as principais direções sindicais e o partido e organizações peronistas, veio como um anel para o dedo do governo, para acusar a greve de servir aos “corruptos e mafiosos” que enriqueceram durante anteriores governos, e agora pretendem “condicionar” o governo e as negociações parlamentares para “manter seus privilégios”.

As massas instintivamente deram as costas às disposições legais burguesas e exerceram na prática sua soberania ...



AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS SÃO 'EXERCIDAS' PELAS MASSAS EM LUTA

Mobilizando milhões por todo o país e centenas de milhares na capital do país, as manifestações desconheceram olímpicamente o protocolo de Segurança, imposto pelo DNU do governo. Segundo ele, está proibido bloquear ruas, avenidas, rodovias e pontes; estão proibidas manifestações de pessoas com mais de 30 participantes; e estão em vigência as medidas de punição contra os que obstruam o livre trânsito e o funcionamento de empresas, podendo levar os grevistas e manifestantes ao cárcere. Dias antes, o governo anunciou que se fariam revistas policiais, se tirariam fotos dos manifestantes (para depois perseguir-los juridicamente), se retirariam os subsídios dos desempregados que se mobilizassem etc.

Não havia como impedir as massas mobilizadas em dezenas ou centenas de milhares de tomar as ruas e fechar as vias de transporte. A massividade das colunas e das manifestações deixou ao Protocolo de Segurança em frangalhos, e mostrou que não há como milhares de policiais e gendarmes impor aos explorados o que devem ou não fazer. A paralisação nas fábricas, prédios administrativos e empresas de serviços também foi massiva. Tampouco havia como punir e processar os grevistas sem projetar novas revoltas nas fábricas. As massas instintivamente deram as costas às disposições legais burguesas e exerceram na prática sua soberania, ainda que limitada pelas manobras da burocracia e das direções peronistas que, em todo momento,

controlaram para que os explorados não radicalizassem suas ações.

A BUREOCRACIA É CONTRÁRIA À RADICALIZAÇÃO DAS MASSAS

A burocracia visou a manter as manifestações dentro do tom festivo e pacífico, acordado nas cúpulas. Garantiu o funcionamento do transporte e de inúmeras atividades e serviços, visando, como diziam, a “facilitar o deslocamento de manifestantes”. Procuraram não impedir totalmente as atividades econômicas, para não se chocar com a pequena burguesia e com os empresários. Não por acaso, houve seções dos sindicatos e centrais que, em diversas cidades do interior, garantiram o funcionamento dos comércios, e enviaram apenas delegações para as mobilizações, a exemplo de Neuquén. Nesse estado, principal estado produtor de petróleo e gás do país, restringiram a mobilização dos operários petroleiros.

Essa atitude capituladora e pacifista se mostrou contrária à disposição de luta de setores das bases, de não submeter seus atos aos ditames das leis burguesas. Um exemplo foi visto em uma ponte que une a capital às cidades da periferia. A polícia bloqueou a ponte, e impediu até os manifestantes de marcharem, como determina o “protocolo”, pela calçada. O objetivo era provocar uma resposta e reprimir. Foram as direções que impediram as bases de passar, e negociaram com as forças repressivas. Porém, não conseguiram demovê-las da imposição de não as deixar passar. De forma que, ainda que o governo tenha sido impotente para cumprir tudo o que ameaçava fazer,

poderá, nas semanas que virão, avançar em ataques contra as organizações mais radicalizadas e sindicatos, porque sabe que a esmagadora maioria das direções visam a cumprir as determinações das leis, quando se pode projetar a luta de classes.

A ESQUERDA E AS TAREFAS DA VANGUARDA

As oposições sindicais classistas e os partidos de esquerda se mobilizaram em todo país, com colunas e palavras de ordem próprias. Chamavam a “não confiar”, nem no Congresso, nem na Justiça. Exigiam das direções um “plano de lutas nacional”. Mas, se se pretende avançar na luta pela derrubada do projeto do governo, não se deve convencer as bases que já estão sob direções classistas e combativas. Mas, travar a luta pela conquista da independência de classe das bases sindicais submetidas às direções peronistas.

Há que denunciar como traidores os burocratas perante suas bases, ajudando-as a compreender que as direções se apoiarão na força do movimento e dos sindicatos para negociar mudanças nas leis. E que, sendo aprovadas, se irá garantir à burguesia ter em mãos um novo pacote de medidas legais para avançar na flexibilização, na terceirização, na destruição dos convênios coletivos, nas privatizações, etc.

É possível derrotar o governo e romper com as manobras da oposição burguesa e das burocracias aliadas, com uma ação unitária e organizada nacionalmente, com um programa em defesa das reivindicações unitárias dos explorados. Para isso, é necessário combater no interior de todos os sindicatos pela convocação de assembleias gerais, para debater e aprovar esse programa e os métodos pelos quais serão impostos à burguesia. A tarefa colocada para vanguarda, as correntes sindicais classistas e os sindicatos sob direção de direções classistas e combativas, é avançar em uma campanha unificada, a ser realizada nas fábricas e nos locais de trabalho controlados pelas direções peronistas. Assim se abrirá o caminho ao programa da independência de classe e da revolução e ditadura proletárias. ●

MILEI COLOCA SEU ATAQUE, O MAIS PROFUNDO JÁ VISTO NA ARGENTINA ⁽¹⁾

A resposta é greve geral por tempo indeterminado, organizada por meio das assembleias e comitês de base

Manifesto PPRI - 24 de janeiro de 2024 / distribuído em SP no ato frente ao Consulado

 O governo ultradireitista de Milei tem por objetivo reestruturar violentamente as relações entre os patrões e os assalariados, visando a uma rápida e elevada extração de lucros pelos monopólios, e orientada a aprofundar a estrangeirização e o controle da economia pelo imperialismo, com fortalecimento da política de sustento da Dívida Pública. Em outras palavras: reduzir as condições de vida dos explorados abaixo das mínimas condições de existência social em benefício dos capitalistas.

mentos; **8)** eliminação da legislação de “presunção de contratação”, que obriga os capitalistas a assumirem a relação efetiva com o assalariado – se comprovado o vínculo “estável” na prestação de serviços; **9)** garantias para as demissões sem justa causa, sem aviso prévio e sem computar antiguidade, reduzindo os custos aos capitalistas por encargos trabalhistas e pelo valor da indenização (que poderia ser gerida por um fundo, criado pelos próprios sindicatos, e não de responsabilidade do patronato); **10)** garantias

social e as greves em locais públicos, seriam inconstitucionais.

O peronismo, que perdeu as eleições, quer fazer as massas crerem que um governo deles seria diferente. Mas, se tivessem sido eleitos, eles aplicariam as mesmas políticas gerais. As contrarreformas são uma imposição da burguesia imperialista para todos os governos, sejam de esquerda ou de direita. Enquanto que as burocracias sindicais argentinas, maioritariamente peronistas, assim como acontece no Brasil, não são contrárias às contrarreformas. E se interessam especialmente pela preservação de suas fontes de financiamento como casta. O maior perigo é o de perder os milionários aportes dos não-sindicalizados, (a contrarreforma retira a obrigatoriedade dos aportes e impõe os aportes voluntários). Temem ainda o deslocamento dos filiados aos planos de saúde sindicais para empresas privadas, o que significaria uma redução da caixa sindical da qual parasitam. Quanto à ruptura da ultratividade, para os burocratas está em jogo sua capacidade de usar a força das bases como moeda de troca para negociar e acordar com a patronal os ataques.

Essas mesmas burocracias que convocam a greve geral nada fizeram durante os inúmeros ataques aos salários e às condições trabalhistas que foram desfechados sob o governo de Kirchner e de Fernández. E agora chamam a greve não para derrubar as contrarreformas com a luta de classes, mas para negociar, por meio da oposição parlamentar peronista, alterações nelas.

Eis: **1)** imposição da extensão da jornada “legal” de trabalho, até por 12 horas; **2)** destruição dos convênios coletivos e favorecimento das negociações por empresa e até individuais; **3)** extensão da terceirização e do trabalho temporário a todos os ramos da produção; **4)** modificação dos critérios de pagamento de horas extras (que somente seriam reconhecidas quando ultrapassadas as 12 horas); **5)** extensão do “período de experiência” para contratados, de 3 para 8 meses, prorrogável até a efetivação ou a rescisão contratual (que poderá ser feita sem qualquer aviso prévio e sem justificativa); **6)** redução dos montantes de indenização e modificação das leis para retirar delas o 13º salário e outros benefícios salariais (comissão, abonos etc.); **7)** desoneração da folha de paga-

ao patronato para demitir grevistas que participem de bloqueios e ocupações, e muito mais.

É bom lembrar que 51% dos assalariados são terceirizados (26% sem vínculo trabalhista e 24% sobrevivendo da economia informal), e que o poder aquisitivo caiu em 32%. Isto enquanto 33% dos empregados sobrevivem com salários abaixo do mínimo necessário para sobreviver, e 32% da população vive em moradias precárias ou em favelas. Portanto, fica claro que a reforma trabalhista se orienta especialmente a atacar os 40% dos assalariados que ainda contam com alguns direitos. Soma-se a isso os ataques contra a organização sindical e a violenta restrição do direito de greve e protesto. E a proibição da reunião pública de mais de 30 pessoas, o que significa nos fatos que o protesto

Essas mesmas burocracias que convocam a greve geral nada fizeram durante os inúmeros ataques aos salários e às condições trabalhistas que foram desfechados sob o governo de Kirchner e de Fernández. E agora chamam a greve não para derrubar as contrarreformas com a luta de classes, mas para negociar, por meio da oposição parlamentar peronista, alterações nelas. Em começo de janeiro, as direções sindicais burocratizadas tinham apresentado na justiça um “recurso de amparo” para frear a aplicação da Reforma Trabalhista até que fosse tratada no Parlamento. O recurso foi aceito



e a justiça mandou o governo negociar a Reforma Trabalhista no Congresso. Eis porque a greve não passará de um meio de pressão sobre o governo para negociar no Parlamento com a minoria peronista uma ou outra modificação.

Conhecemos muito bem essas manobras. Sob o governo Temer, foi convocada uma greve geral de 24 horas contra a reforma Trabalhista. A completa paralisação do país demonstrou a força e a disposição dos explorados para derrubá-la com seus métodos próprios. O que fizeram os burocratas? Em vez de se apoiar na disposição das bases em derrubar a reforma com a luta de classes, usaram a força do movimento para negociar e fortalecer a bancada parlamentar petista e seus aliados, de modo a negociar aspectos da Reforma. O governo Lula/Alckmin foi eleito com o apoio das burocracias, e a contrarreforma aprovadas permanecem desgraçando os assalariados j, incluída a Previdenciária aprovada sob o governo fascistizante de Bolsonaro. Colocada a serviço das manobras da oposição burguesa peronista, a burocracia sindical da Argentina fará o mesmo que a burocracia brasileira: servir de base de manobra para a negociação das contrarreformas no Parlamento, e finalmente será aprovada ainda que com mudanças.

As condições para uma greve geral estão plenamente colocadas. Não há como derrubar esses ataques sem a ação unitária, organizada e nacional dos assalariados. Então, a questão que se coloca é a que objetivos essa greve geral servirá. Enquanto a classe operária e demais assalariados não se libertarem da burocracia, não haverá

como as manifestações, protestos e greves nacionais servirem de fato aos interesses reais e imediatos das massas exploradas. Isto não significa ficar de braços cruzados, mas intervir no interior das organizações e sindicatos com uma política que projete a independência de classe perante qualquer governo ou oposição burguesa no Parlamento, exigindo a ruptura dos sindicatos e organizações de massa com manobras institucionais da situação e da oposição.

Se o objetivo dos capitalistas e dos partidos burgueses é aprovar uma contrarreforma, ainda que seja negociada - que fatalmente destruirá empregos, direitos e salários -, as bases operárias e populares devem exigir e impor a suas direções que se convoque imediatamente uma greve geral por tempo indeterminado, que deve ser decidida e aprovada em seu programa pelas assembleias de base.

Não deve haver trégua aos inimigos de classe! Se derruba a contrarreforma com a ação direta nas ruas, ocupando e bloqueando as rodovias, paralisando as fábricas e avançando à unificação nacional de todos os explorados! Se faz necessário um programa comum de reivindicações votado em assembleias e imposto ao governo de plantão com a força coletiva, e com a defesa da constituição de uma Oposição Revolucionária que combata tanto ao governo eleito quanto à oposição peronista, que rejeite a via do Parlamento e da justiça e defende a via da luta de classes e seus métodos.

Eis como a greve geral, que é uma das mais poderosas armas da classe operária na luta contra a burguesia, se

Não deve haver trégua aos inimigos de classe! Se derruba a contrarreforma com a ação direta nas ruas, ocupando e bloqueando as rodovias, paralisando as fábricas e avançando à unificação nacional de todos os explorados!

transformará em uma greve política e um avanço na luta pelo poder, sempre e quando esteja em sua direção e organizando a classe operária uma direção classista e revolucionária orientada sob o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias. ●

Que as bases decidam em suas assembleias com que programa e com que métodos derrubar a contrarreforma do governo direitista! Impor às direções sindicais a greve geral por tempo indeterminado! Não confiar a luta por nossos empregos, direitos e salários à burocracia vendida aos capitalistas e submetida às manobras parlamentares da oposição burguesa! Somente confiar nos métodos da ação direta e na força coletiva das massas organizadas com independência de classe!

1. O texto foi corrigido e ampliado para ser publicado nesta edição, tendo em conta informações e o balanço posterior da greve do dia 24/01.

ARGENTINA -

Milei avança nos acordos com o Parlamento para ampliar seus violentos ataques contra as massas



Publicamos esta nota no momento em que continuavam as sessões no Congresso Nacional para o tratamento do mega-projeto de lei apresentado pelo governo direitista e reacionário de Javier Milei, que após negociações, se reduziu a menos da metade dos artigos originais. Decidimos deixar o texto redigido um dia após a greve de 24/01 quase sem alterações, apenas utilizando alguns dados, porque o prognóstico demonstrou-se correto. As modificações, retirada de novos artigos, novas concessões etc. que foram negociadas (e as que serão negociadas) não fazem mais que o confirmar.

No dia 23/01, horas antes da greve geral, três comissões da Câmara de Deputados do Congresso aprovaram por maioria uma resolução favorável ao tratamento do mega-projeto de lei “Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, ou “lei ômnibus” do governo, por 55 votos (34 deles em “dissidência”). O governo disse que foi uma vitória, e confiante em que suas “Bases” serão finalmente aprovadas em fevereiro - prazo limite para seu debate na aprovação no Senado.

O fato da maioria dos votos ser de “dissidentes” (apenas 21 deputados

aprovaram na íntegra) significa que esses deputados poderão ainda apresentar modificações. Um exemplo disso se viu nas últimas semanas. O governo apresentava um rascunho de sua lei, com modificações para ganhar apoios e com vários pontos sendo rejeitados, retirava o projeto e apresentava outro com as mudanças exigidas... às vezes no mesmo dia e entre recessos das sessões! Até agora, Milei concordou com a retirada de 141 artigos, ficando 224 dos 664 iniciais.

Cada uma das “concessões” feitas pelo governo (e as que ainda poderá fazer) aos deputados demonstra que, para constituir uma “massa crítica” que lhe permita estabelecer uma base governista firme no Congresso, o governo deve ceder às negociações e as modificações que lhes são propostas. A demagogia de Milei de que “ou se vota tudo, ou nada” virou pó, passado um mês da posse.

CONTRA A OPOSIÇÃO. AS AMEAÇAS. COM OS ALIADOS, NEGOCIAR E CONCEDER

O Ministro da Economia, Luis Caputo, tinha anunciado que chegou a um acordo com vários governadores, para modificar o artigo que centralizava a arrecadação nacional no Banco Central.

A medida iria concentrar os recursos fiscais nas mãos do governo federal. Trata-se de uma exigência do capital financeiro, para garantir os recursos para pagamento da dívida pública, a exemplo da Reforma Tributária no Brasil. Mas, deixaria os governadores sem capacidade de manejar recursos próprios para obras públicas ou subsídios, portanto, sem capacidade de garantir o clientelismo eleitoral, e deixando a porta aberta a crises econômicas e futuras explosões sociais. Foi sob pressão dos governadores de Juntos pela Mudança (o partido de Macri e Bullrich) e “independentes” que se decidiu que a lei seria modificada, para garantir que uma parte dos fundos serão “co-participados” com as províncias.

As negociações com os governadores vão além dos aliados e “independentes”. O governador de San Luiz, antes alinhado à União pela Pátria (UP, peronismo), anunciou que se desligava desse bloco no Congresso, e acompanharia o governo na aprovação do mega-projeto, uma vez que Milei tinha acedido a suas exigências e atendido seus interesses. Isto se passava enquanto o porta-voz do governo, Manuel Adorni, e Caputo, foram os encarregados por Milei de “ameaçar”

e “extorquir” outros governadores, dizendo que iriam “cortar os fundos” distribuídos entre os estados, se os governadores não garantissem os votos dos deputados de suas províncias para aprovação das leis.

TROCAR VOTOS POR ACORDOS É MÉTODO DE GOVERNO DA BURGUESIA

O discurso contra a “casta política”, e de que não haveria qualquer concessão às “exigências corruptas” do Congresso, evaporou logo que Milei se chocou com a necessidade de garantir seu programa negociando parte a parte, trocando dinheiro por votos. Esse método é próprio da política burguesa, e engraxa todas as alavancas do Estado. Nada há de novo nisso. O “novo” é o grau de improviso e desespero com o que o governo quer impor, a todo custo, que se vote a lei. Foi revelado na imprensa burguesa que deputados assinaram um texto que depois foi modificado pelo governo. O que foi confirmado por deputados da situação que eram convocados a “reuniões” e, quando leram o texto, viram que era diferente do assinado. O que pode levar a Justiça a declarar ilegal todo o processo.

Assim como a negociação, corrupção e acordos obscuros são parte da política burguesa, também é proteger a farsa da divisão de poderes e as disputas interburguesas no interior do Parlamento, quando servem para evitar choques que afetem a governabilidade burguesa, sobretudo quando ainda estão presentes entre as massas as ilusões democráticas. Daí que, apesar de reduzir o ritmo e alcance dos planos originais de Milei, a negociação no Congresso poderá ser apresentada perante as massas como expressão do funcionamento republicano, e a síntese de “todos” os interesses no legislativo.

Isso mostra que o governo passa longe de ser uma ditadura (civil, bonapartista ou qualquer outra adjetivação que se lhe queira dar) como afirma o POR (seção argentina do CERQUI) junto dos morenistas. A relevância do Congresso para impor mudanças está ajustada à necessidade da burguesia de impor as contrarreformas, ataques e desnacionalizações, recorrendo às instituições. A democracia e as instituições burguesas se têm mostrado muito úteis à ditadura capitalista.

CENTRALIZAÇÃO DA BURGUESIA AO REDOR DOS ATAQUES CONTRA AS MASSAS

No dia seguinte ao da greve geral, o governo se reuniu com representantes de empresas de serviços, tecnologia, agroindústrias, etc. Na reunião, Caputo afirmou aos empresários que “estamos tomando medidas que são desagradáveis, e que vão contra nossas convicções, como aumentar alguns impostos”. Mas, prometeu que são medidas transitórias “até chegarmos ao déficit zero” e obter “credibilidade externa”.

Os capitalistas exigiram que se avance o quanto antes na diminuição de impostos e taxação das exportações. Os setores da indústria voltada à exportação (responsáveis por 15% do total delas), reclamaram que as “retenções” impactavam negativamente em seus negócios. Soma-se a isso, a queda livre da indústria (caiu 1,7% no ano passado), acompanhada da retração da produção manufatureira (-6,4%). A indústria dos metais básicos foi a de piores indicadores: caiu 25,8% no ano passado, seguido de perto por alimentos (-8,2%). Neste último caso, a seca afetou a safra e qualidade dos produtos. Ao que se combinam os efeitos da guerra na Ucrânia e no Iêmen, que vêm elevando os preços dos transportes. Assim, as “margens de lucros” dos capitalistas afundam pela combinação dos abalos no consumo interno e externo. Nas pequenas e médias empresas, a queda foi maior: 2,6% no ano (30% interanual).

Segundo previsões, no ano de 2024, não se altera essa curva descendente. Isso explica porque os capitalistas exigem um rebaixamento brutal e imediato das condições de vida e trabalho dos assalariados, para continuarem a lucrar e manter seus negócios. Afirmaram que ajudariam o governo na disputa diante da Justiça contra sua suspensão, ditada há semanas, e que irão pressionar para que se aprove a Reforma Trabalhista que desregula as relações trabalhistas, liquida direitos conquistados, flexibiliza o pagamento de salários e horas extras, destrói os convênios coletivos, etc.

Os capitalistas também se centralizaram para defender que os deputados aprovem o fim da “mobilidade”, ou seja, o fim da obrigatoriedade de vincular os aumentos das aposentadorias aos dos salários dos trabalhadores na ativa, estendendo as somas não-remunerativas

na composição das aposentadorias. É parte desse confisco das massas em favor dos capitalistas, deslocar os recursos reunidos no Fundo de Garantia de Sustentabilidade (que reúne nacionalmente as contribuições para a aposentadoria) para as mãos do Tesouro Nacional, visando a ter mais recursos para pagar a dívida, e esvaziando esses fundos, e depois impondo goela abaixo dos assalariados a privatização das aposentadorias.

As massas serão obrigadas a responder nas ruas, nas fábricas etc. a esses violentos ataques. A greve geral do dia 24/01 foi um sinal dessa possibilidade, apesar do forte controle burocrático. Os capitalistas e o governo sabem disso, e por isso exigem que se aprove a reforma do Código Penal, que facilitará as prisões dos que protestam, ocupam locais de trabalho, etc. As modificações

O discurso contra a “casta política” e de que não haveria qualquer concessão às “exigências corruptas” do Congresso, evaporou logo que Milei chocou com a necessidade de garantir seu programa negociando parte por parte, trocando dinheiro por votos. Esse método é próprio da política burguesa e engraxa todas as alavancas do Estado.

apresentadas no Congresso pioram o artigo 194 do Código Penal, aprovado sob a ditadura de Juan Carlos Onganía, que passaria a pena de prisão, de três meses, para três e seis anos, para quem impeça “o normal funcionamento dos transportes por terra, água ou ar, ou os serviços de comunicação, água, energia ou substâncias energéticas”.

IMPOUNDO MUDANÇAS VIOLENTAS NA EXPLORAÇÃO ASSALARIADA

Durante décadas, inúmeras reformas e mudanças foram feitas nas relações trabalhistas, na fixação dos salários mínimos, nos convênios coletivos de trabalho, etc. Em todas elas, a burocracia sindical participou diretamente (propondo mudanças) ou indiretamente (apoando o feito pelo Congresso). E o fez tanto sob governos de ditadura militar

(esmagando as oposições classistas, entregando à repressão os delegados opositores), como sob os democrático-burgueses (Carlos Menem). Porém, nunca foram apresentadas contrarreformas tão violentas e amplas (terceirização de todas as atividades, destruição dos convênios coletivos, ultratividade, fixação dos salários por empresa e vinculada à produtividade, etc.) como as já aplicadas na Inglaterra, sob Margareth Thatcher, ou na Alemanha, durante os anos 1990. No Brasil, a terceirização das atividades fim e do funcionalismo, ou foram já aprovadas (reformas trabalhista, previdenciária, tributária etc.), ou estão a caminho de sê-lo (Reforma Administrativa).

A Argentina está atrasada nesse processo, e o governo de Milei apresenta uma oportunidade única – se conseguir centralizar as forças burguesas – de realizar as violentas contrarreformas exigidas pela burguesia. O conteúdo geral do “mega-decreto” e da Lei Ómnibus objetivam, em última instância, adequar a economia nacional e as relações trabalhistas a esses interesses. Qualquer governo de plantão no comando do Estado burguês não romperá com a herança das contrarreformas, que são uma imposição do capital financeiro. O governo chamado “reformista” de Lula não tocará nas reformas trabalhistas e previdenciárias, e ampliará os ataques com as reformas administrativa e tributária. De forma que, sendo aprovado o megaprojeto de Milei (como tudo indica o será) um possível próximo governo peronista governará sobre essa base

jurídica e legal, desgraçando as massas em benefício do capital.

Esse é o prognóstico, que já foi comprovado pela experiência em todos os países que passaram pelas reformas malditas.

DESENVOLVER A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E AÇÃO DIRETA DAS MASSAS

Disso se desprende a necessidade de ter uma correta caracterização do governo Milei, assim como das relações políticas que condicionam o funcionamento do sistema republicano e da democracia formal como melhor forma da ditadura do capital a ser exercida, não por cima das instituições burguesas, mas por meio delas. Graças a essas relações e instituições é que o governo avança à centralização política das frações burguesas para atacar os explorados.

A subserviência da burocracia sindical à oposição burguesa peronista reforça essa ditadura, ao submeter as massas às ilusões de que será possível, por meio de pressões e negociações, mudar a violência das contrarreformas utilizando as instituições burguesas. O essencial para a política revolucionária reside em compreender que as contradições da crise capitalista obrigam as frações capitalistas, apesar de suas divisões e interesses particulares, a se centralizarem ao redor dos ataques contra a vida das massas, para dessa forma continuar enriquecendo, à custa de submergir os oprimidos na mais absoluta precarização trabalhista, miséria e barbárie social.

Assim como a burguesia, apesar de

susas diferenças, age centralizadamente, a classe operária e assalariados são obrigados a superar as divisões impostas pelas direções políticas e sindicais burguesas, e romper com o divisionismo surgido os interesses aparelhistas, para avançar à unidade de classe sob um programa unitário de reivindicações. E do mesmo modo que que a burguesia exerce sua ditadura por meio e através de suas instituições, os explorados e oprimidos são obrigados a confiarem nos seus próprios métodos organizativos (democracia operária) e de luta (ação direta) e romper na prática com suas ilusões democrático-burguesas. É por essa via, e desenvolvendo o programa da luta de classes, que a vanguarda pode ajudar as massas a romper com a burocracia e o nacionalismo burguês do peronismo. A luta das massas por suas reivindicações mais sentidas não poderá resultar em conquista se for desviada para a defesa da democracia burguesa e suas instituições, que são usadas para atacar suas condições de vida e trabalho. Essa luta terá é de se chocar com as instituições da democracia burguesa apodrecida.

Para intervir de forma unitária e centralizada contra a burguesia e seu estado, é necessário erguer uma oposição revolucionária e classista nos sindicatos, e defender a unidade frentista anti-imperialista das massas nas lutas, avançando assim na luta contra os ataques imediatos, e ajudando os explorados a se aproximarem das tarefas estratégicas para sepultar o capitalismo com a revolução proletária. •

Empossado o governo pró-imperialista de Arévalo

 Em 14 de janeiro, Bernardo Arévalo tomou posse como presidente da Guatemala. Porém, demorou sua validação pelo Congresso, por conta das manobras dos derrotados nas eleições, que tudo fizeram para adiar sua nomeação oficial. Após mais de 9 horas de dilações e “estorvos processuais”, finalmente se tomou o juramento do novo presidente. Esse fato se deveu, especialmente, à ofensiva diplomática

de presidentes e autoridades estrangeiras convidadas para a posse. A ONU e OEA, os representantes dos EUA e da União Europeia, junto de dezenas de presidentes e vice-presidentes (a exemplo de Alckmin) latino-americanos e europeus, fizeram uma coletiva de imprensa, na que exigiram do Parlamento “cumprir seu mandato constitucional de entregar o poder como exige a Constituição”.

No fim da noite desse dia,

Arévalo foi declarado novo presidente. Imediatamente, foi eleita a Junta Diretiva do Parlamento. O deputado Samuel Pérez, do partido do presidente, A Semiente, foi eleito presidente. Mas, ainda vigorava a decisão da Corte de Constitucionalidade (CC), de suspensão jurídica de Semente, que levou o Congresso que encerrava o mandato a declarar “independentes” os 23 deputados desse partido, por supostas “irregularidades” durante

as eleições. Após garantida a posse de Arévalo, em 16 de janeiro, a CC exigiu refazer a eleição da Junta. Em 19 de janeiro, foi eleito Nery Ramos, do partido Azul (oposição direitista) como presidente, ex-diretor da Polícia Nacional Civil. E também Joel Martinez (Vamos), Luis Contreras (Compromisso Renovação e Ordem / CREO); e Inés Castillo, deputada independente. Dessa forma, os partidos derrotados nas eleições foram elevados

à direção do Congresso, e manterão sob seu controle grande parte das Comissões legislativas (os membros de partidos contestados judicialmente não têm direito a cargos em comissões).

Essas deformações da democracia burguesa, nas quais os derrotados conservam em suas mãos grande parte das instituições espeiram o caráter farsesco das eleições. As ações do judiciário, ainda que não tenham conseguido barrar a posse de Arévalo, agora ajudam a oposição a condicionar o governo, através do Parlamento. Um dos objetivos é impedir que se aprovem leis contra a corrupção, e que se garanta a “impunidade parlamentar” de grande parte de deputados em exercício, que estão sob a mira da justiça norte-americana, por cargos de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Esse é o caso do ex-presidente Alejandro Giammattei e seu vice-presidente Guillermo Castillo, agora eleitos para o Parlamento Centro-americano, o Parlacen, (espécie de Congresso regional), o que lhes garante a “imunidade” legislativa por pelo menos por 4 anos. Os EUA já “vetaram” sua eleição e Giammattei foi acusado pelo Departamento de Justiça por “corrupção ativa”, com mais de 400 funcionários e ex-funcionários.

Diante dos perigos à governabilidade do recém-eleito, o qual os EUA ajudaram a eleger e a tomar posse, o governo estadunidense anunciou novos investimentos no país. Samantha Power, da Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), apresentou um adiantamento de US\$ 6 milhões ao governo recém-eleito. O total “oferecido” será de US\$

72,5 milhões para diversas áreas e por vários anos. Os investimentos prometidos estão diretamente ligados ao programa de governo apresentado em 18 de janeiro, e que, dentre outras propostas, objetiva: 1) “reutilizar” a mão-de-obra agrícola sazonal para tarefas de “pavimentação”, “reflorestação” e outras atividades; 2) ampliar linhas de crédito para empreendimentos de pequenos e médios proprietários; 3) aumentar os investimentos em saúde e serviços básicos; 4) ampliar a rede rodoviária nacional; 5) melhorar a infraestrutura de aeroportos e portos; 6) criar um sistema de transporte metropolitano; 7) ampliar a rede elétrica. Ou seja, medidas que precisarão de bilhões de dólares em investimentos do capital estrangeiro.

Empoderado pelo apoio imperialista, além de anunciar uma nova cúpula da PNC (a anterior também está sob a mira da justiça dos EUA), e que retiraria a “imunidade” de “um grande número” de ex-secretários e ex-ministros do governo anterior, Arévalo prometeu promover a *Lei da Concorrência* e a *Lei Geral para os Investimentos*. A primeira objetiva “promover, proteger e garantir a concorrência”, por meio da “prevenção e proteção de práticas monopólicas”, que impeçam o acesso ao mercado de qualquer agente econômico (quer dizer, desmontar o “monopólio” da oligarquia guatemalteca sobre amplos setores econômicos), e promover “o acesso a fundos para a transformação produtiva” (ou seja, ao capital financeiro na economia nacional). A segunda lei, cria um “marco jurídico para a promoção de incentivos aos investimentos

públicos e privados, nacionais e estrangeiros” visando à “transformação produtiva, industrialização e especialização de serviços”. Complementa esse “plano”, controlar o déficit fiscal, isto é, garantir recursos para pagar a dívida pública que, aliás, irá se agigantar.

Fica então claro que a “ajuda” dos EUA e o plano do governo de Arévalo visam à livre penetração dos monopólios estrangeiros na economia, até naquelas dominadas por setores da oligarquia nacional (a produção agrícola, principalmente). A luta contra a corrupção pelos EUA e por Arévalo, em última instância, não passa de fachada para utilizar o Estado para deslocar a oligarquia de suas posições econômicas e políticas. Como já assinalamos no *O Internacionalista* nº 11 (dezembro de 2023), após a falida tentativa do Ministério Público de impedir a posse de Arévalo, a nova tentativa falida fortalece Arévalo, e assenta sua dependência para com o imperialismo, para manter sua governabilidade. A democracia que defende as potências imperialistas objetiva ampliar o controle sobre as semicolônias. Não é contrário a esse objetivo, outorgar algumas migalhas às massas (sub-sídios, limitados aumentos salariais, créditos a pequenos produtores, etc.) se isso ajuda a fortalecer seu domínio sobre o país.

Arévalo poderá avançar no plano antinacional e antipopular e, durante um tempo, iludir as massas, evitando que lutem por suas reivindicações. Pôrém, quando o imperialismo passar a conta e exigir contrarreformas e a desnacionalização para “honrar” as dívidas contraídas, e as

“**Fica então claro que a “ajuda” dos EUA e o plano do governo de Arévalo visam à livre penetração dos monopólios estrangeiros na economia, até naquelas dominadas por setores da oligarquia nacional (a produção agrícola, principalmente).**

A luta contra a corrupção pelos EUA e por Arévalo, em última instância, não passa de fachada para utilizar o Estado para deslocar a oligarquia de suas posições econômicas e políticas.

massas tenham de pagar com suas condições de vida para sustentar o parasitismo financeiro, serão obrigadas a retomar a luta nas ruas. Será erguendo um programa de reivindicações comuns e desenvolvendo os métodos da ação direta que irão defender-se dos ataques que virão, assim darão um salto em sua independência de classe, rompendo de vez com o governo eleito ao desenvolver os métodos da luta de classes. ●



Equador em chamas: a burguesia não é capaz de pôr fim ao narcotráfico. *Nem quer.*

A imprensa mundial noticiou as consequências da fuga da prisão do principal líder de uma das 22 organizações narcotraficantes equatorianas, que foi seguida de ataques a estações de TV e entre grupos, nas ruas. As páginas dos jornais já tinham sido ocupadas por notícias de assassinatos de chefes políticos, e de um candidato a presidente. O governo decretou lei marcial e toque de recolher, sem sucesso para conter os conflitos entre as organizações narcotraficantes.

O Equador era considerado, há poucos anos, um lugar seguro para o turismo. Mas as organizações narcotraficantes de países que o circundam, como Colômbia e Peru, penetraram em seu território, e lá estabeleceram novas bases de atuação. O narcotráfico atua no continente penetrando os governos burgueses de plantão, influenciando as disputas inter-burguesas, aliando-se ao imperialismo estadunidense ou se chocando com ele, aproximando-se ou retaliando grupos de guerrilha, junto a organizações paramilitares fascistas. Hoje, as organizações narcotraficantes estão em guerra para eliminar parte delas e reconcentrar mercados e capitais, parte delas dentro do governo que usa da força policial, parte delas fora do governo, em confronto com a polícia. As massas é que sofrem com as consequências.

Há décadas, os governos estadunidenses afirmam combater o narcotráfico, tomando-o como pretexto para incursões dentro dos países do continente, por meio da CIA ou da DEA. Na verdade, não combatem o narcotráfico, muitas vezes assimilando-o como aliado, mas o fluxo de bilhões de dólares que saem dos EUA e Europa em direção aos países semicoloniais produtores da droga. 80% de toda droga mundial se consome nos EUA e Europa. O Citibank

foi apontado como um grande lavador do dinheiro do narcotráfico. O que de fato os EUA fazem é procurar controlar e limitar o envio de fábulas de dinheiro para fora de seu país. E ampliar sua intervenção nas economias e política dos países semicoloniais do continente, sob o falso pretexto de combate ao narcotráfico.

para o negócio do tráfico. Esses capitalistas estão a salvo da repressão policial, e sob a proteção de seus advogados caros, suas milícias ou da justiça e estado burgueses. A guerra entre facções ou entre estas e policiais, em geral vinculados a outras, prossegue e afeta diretamente as massas trabalhadoras nas comunidades pobres.

O consumo de drogas crescente entre a juventude é consequência direta da decomposição do modo de produção capitalista. A falta de perspectivas no trabalho e estudo, e sem lazer, arrasta a juventude para as drogas: nas potências, para seu consumo; nas semicolônias, para o trabalho precário e perigoso junto aos traficantes, além do consumo próprio.

A produção de drogas se amplia por conta do gigantesco mercado consumidor de Europa e EUA. Os camponeses dos países atrasados veem na produção de coca um meio de sobrevivência. O consumo da droga não é problema deles, e sim das potências. Por isso, G. Lora defendia a liberdade de produção e industrialização da folha de coca pelos camponeses na Bolívia. Que os camponeses não poderiam aceitar serem reprimidos pelas forças militares dos EUA. Não poderiam aceitar a destruição de sua fonte de sobrevivência.

O consumo de drogas crescente entre a juventude é consequência direta da decomposição do modo de produção capitalista. A falta de perspectivas no trabalho e estudo, e sem lazer, arrasta a juventude para as drogas: nas potências, para seu consumo; nas semicolônias, para o trabalho precário e perigoso junto aos traficantes, além do consumo próprio.

O capitalismo em decomposição não oferecerá uma saída para esse problema. A necessidade de valorização a qualquer custo do capital leva cada vez mais frações da burguesia

para o imperialismo, não importa que organização está ou não no controle da produção e envio das drogas. Hoje, conta com parte delas como aliadas; amanhã, serão perseguidas em benefício de outras que ofereçam melhores condições de convivência.

As massas devem combater a violência que vem do Estado e das organizações do narcotráfico com sua política e organização próprias: as reivindicações de defesa do salário e emprego a todos, de defesa de que a juventude possa ter acesso à educação, ao trabalho e ao lazer; o fim dos assassinatos de jovens nas periferias; o fim das intervenções militares e policiais sobre os bairros pobres. A organização dos movimentos com os métodos da luta de classes e com total independência de classe.

O fim definitivo do narcotráfico depende da revolução proletária, que expropriará os capitalistas e permitirá que as massas controlem a economia, e assim possam se ver livres das chagas sociais do capitalismo em decomposição. ●